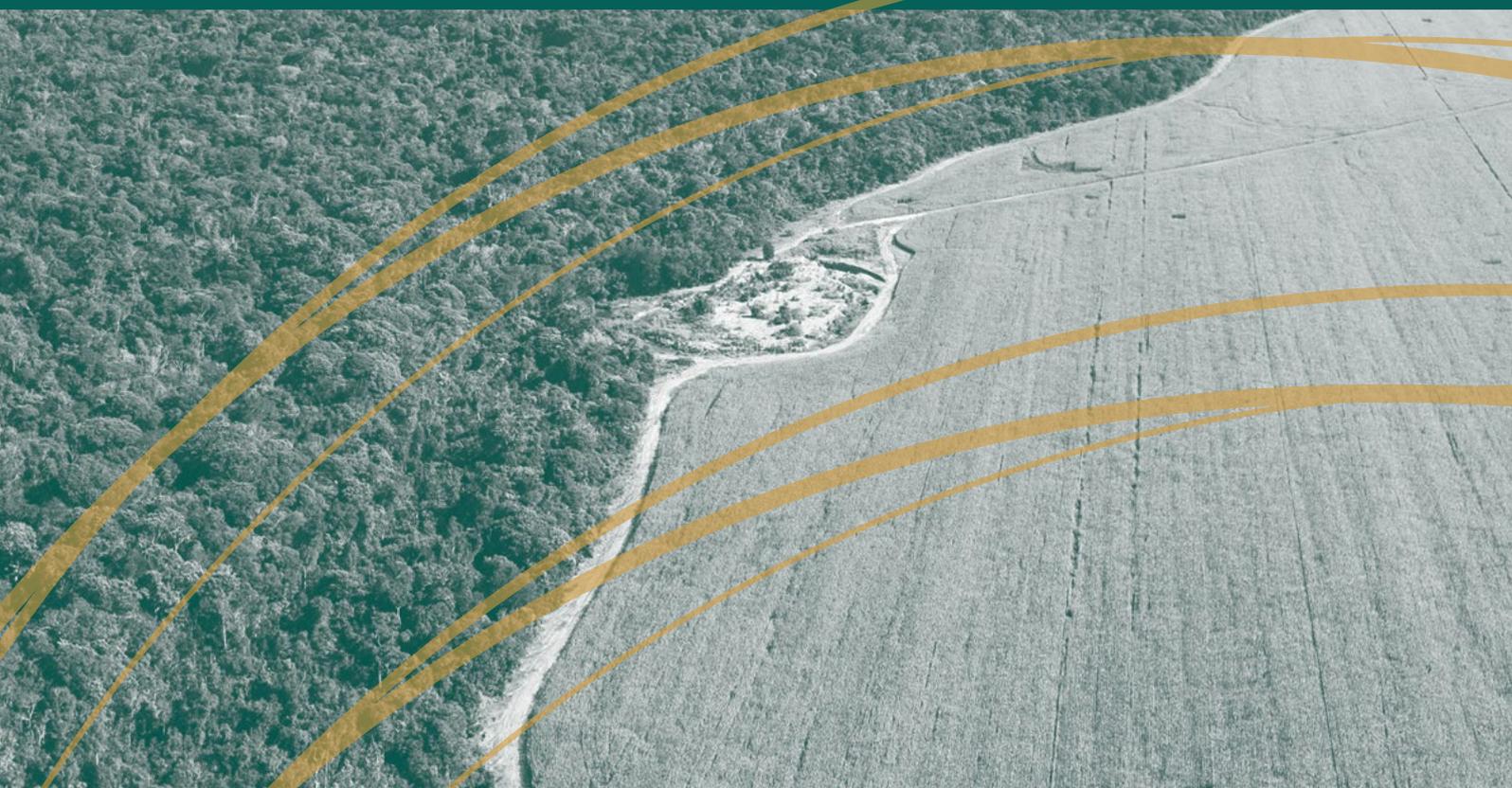




Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2023





A636 Anuário Brasileiro de Segurança Pública / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1 (2006)- . – São Paulo: FBSP, 2023.
357 p.: il.

Anual.
Descrição baseada em: Ano 17 (2023)
ISSN: 1983-7364

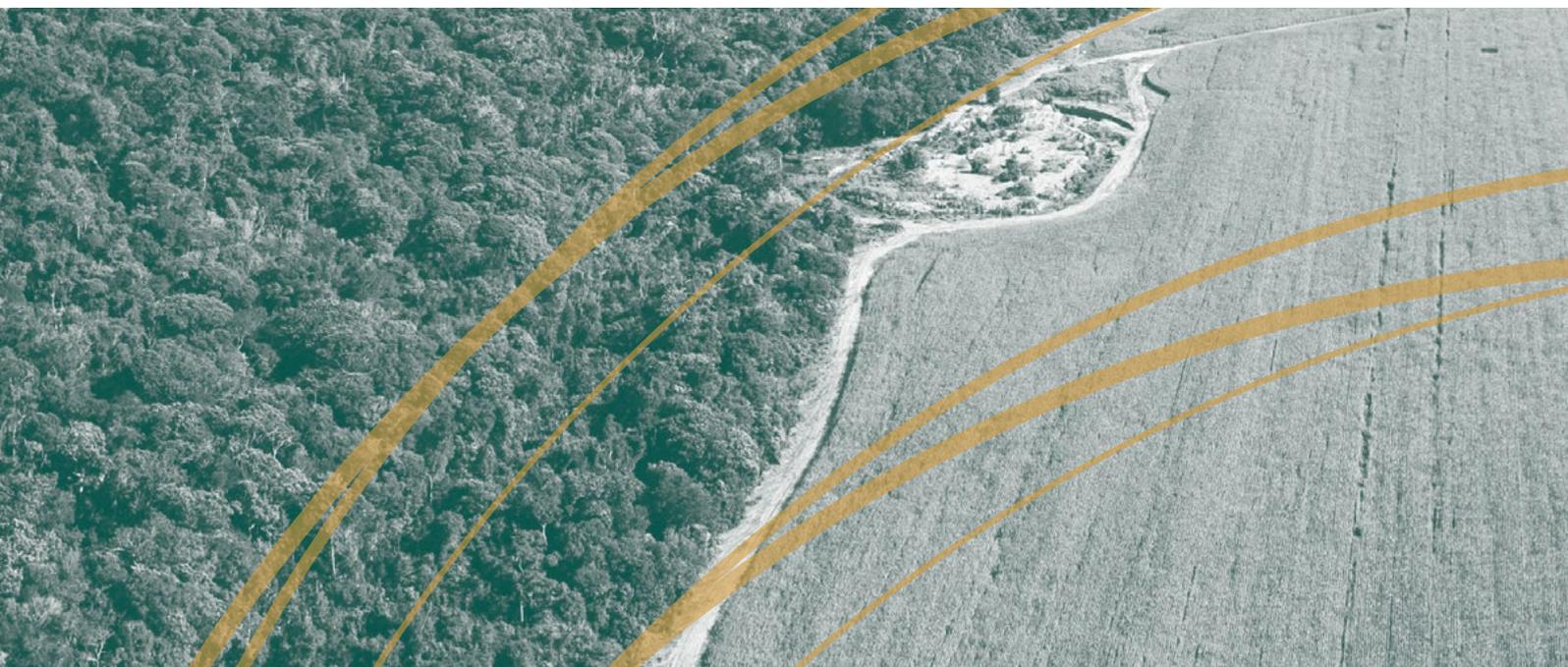
1. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2. Segurança pública – Estatística – Brasil. 3. Violência – Estatística – Brasil. 4. Direitos e garantias individuais – Brasil. I. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

CDD 303.6

Ficha catalográfica elaborada por: Mylena Xavier Butrago – CRB-1/3601

Como citar:

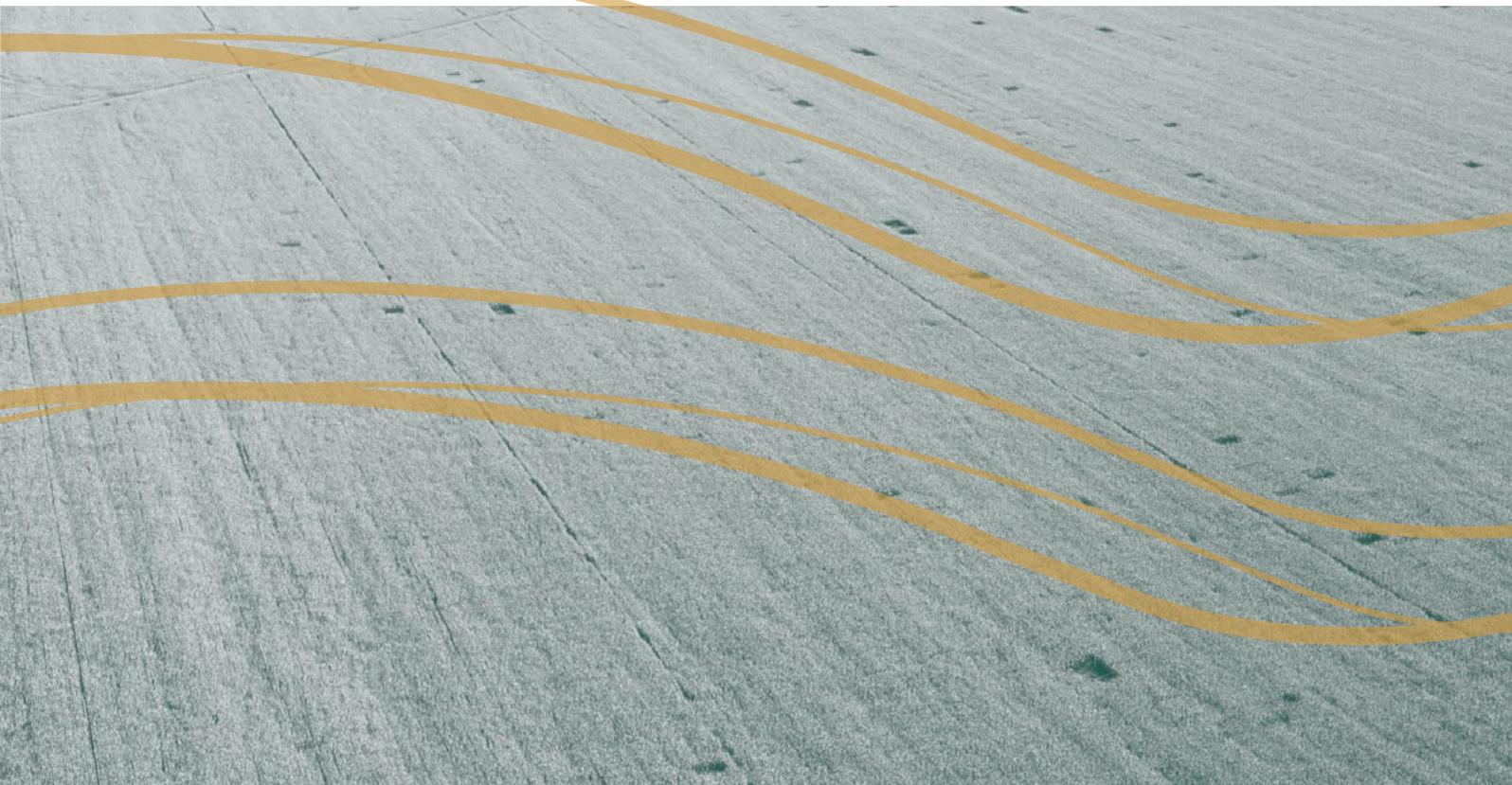
FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: - .





Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2023

Ano 17 - 2023
ISSN 1983-7364





Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023

Informação para
gerar transformação

EXPEDIENTE

Conselho de Administração

Cássio Thyone A. de Rosa – *Presidente*

Conselheiros

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*

Alexandre Pereira da Rocha

Arthur Trindade M. Costa

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Juliana Lemes da Cruz

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Roberto Uchôa

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Marcio Júlio da Silva Mattos

Patrícia Nogueira Proglhof

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Pesquisadores Sêniores

Aiala Couto

Juliana Brandão

Rodrigo Chagas

Equipe Técnica

Betina Barros

Marina Bohnenberger

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca

Talita Nascimento

Thaís Carvalho

Consultor

Cauê Martins

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araujo

FICHA TÉCNICA

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023

COORDENAÇÃO

Samira Bueno
Renato Sérgio de Lima

ANÁLISES E TEXTOS

Amanda Lagreca
Betina Warmling Barros
Cauê Martins
David Marques
Dennis Pacheco
Isabela Sobral
Jeferson Furlan Nazário
Juliana Brandão
Juliana Martins
Juliana Lemes
Luciana Temer
Marina Bohnenberger
Paulo Jannuzzi
Renato Sérgio de Lima
Roberto Uchôa
Samira Bueno
Sofia Reinach
Talita Nascimento
Thais Carvalho
Ursula Dias Peres

CONSULTORIA ESTATÍSTICA E DE DADOS

Fernando Corrêa
Paulo Januzzi

PARCERIAS

FENAVIST - Federação Nacional das Empresas de
Segurança e Transporte de Valores
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Analítica Comunicação Corporativa
analitica@analitica.inf.br
(11) 2579-5520

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital
contato@oficina22.com.br

Nota legal

Os textos e opiniões expressos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública são de responsabilidade institucional e/ou, quando assinados, de seus respectivos autores. Os conteúdos e o teor das análises publicadas não necessariamente refletem a opinião de todos os colaboradores envolvidos na produção do Anuário, bem como dos integrantes dos Conselhos Diretivos da instituição.



Licença Creative Commons

É permitido copiar, distribuir, exibir e executar a obra, e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante; não utilizar essa obra com finalidades comerciais; para alteração, transformação ou criação de outra obra com base nessa, a distribuição desta nova obra deverá estar sob uma licença idêntica a essa.

Patrocínios e apoios

Edição 2023 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública

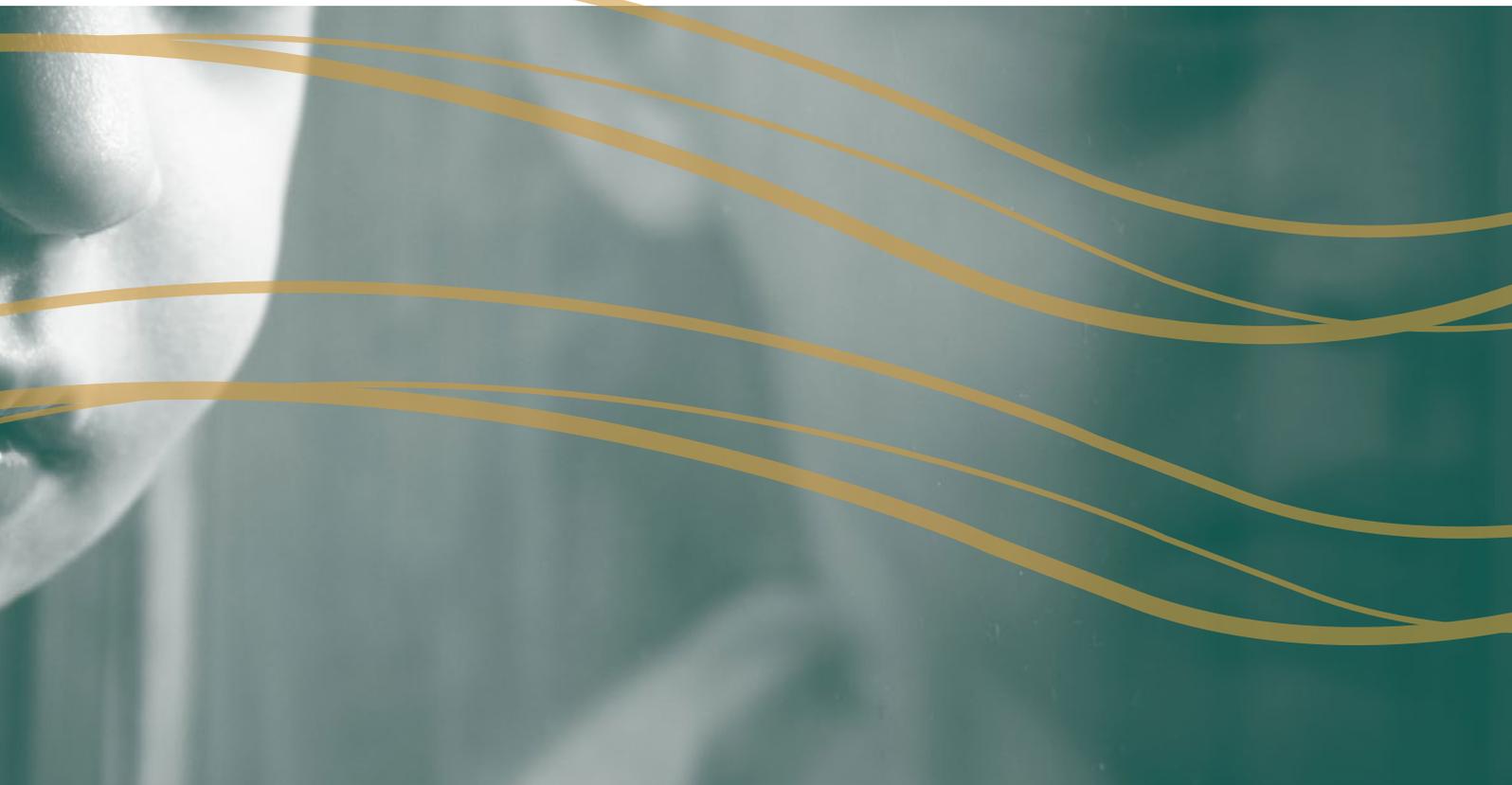
Fundação Ford
Open Society Foundations – OSF
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã
FENAVIST - Federação Nacional das
Empresas de Segurança e
Transporte de Valores



Anuário Brasileiro
de Segurança Pública 2023

Violência contra crianças e adolescentes

Sumário  163



163 VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

164	Tabela 39	Abandono de incapaz (art. 133, CP)
168	Tabela 40	Abandono material (art. 244, CP)
172	Tabela 41	Pornografia infanto-juvenil (art. 240, 241, 241-A e 241-B do CP)
176	Tabela 42	Maus-tratos (art. 136 do CP e art. 232 do ECA)
180	Tabela 43	Registros criminais de exploração sexual infantil (art. 218-B do CP e art. 244-A do ECA)
184	Tabela 44	Registros criminais de Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica (art. 129, §9o do CP)
187	Tabela 45	Mortes Violentas Intencionais de Crianças e Adolescentes de 0 a 17 anos

188 Texto 09 O aumento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil em 2022

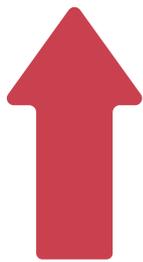
189	Quadro 05	Síntese dos dados de crimes não letais com vítimas crianças e adolescentes – Brasil, 2022
189	Quadro 06	Variação dos registros de crimes entre crianças e adolescentes (0 a 17 anos) – Brasil, 2021-2022
190	Gráfico 45	Exploração sexual infantil por idade da vítima, Brasil (2021-2022)
191	Mapa 01	Taxa de estupro com vítimas de 0 a 13 anos por 100 mil habitantes - 2022
192	Gráfico 46	Distribuição racial das vítimas de estupro de 0 a 17 anos, por idade - Brasil, 2022
194	Gráfico 47	Variação percentual do crime de abandono de incapaz por faixa etária, Brasil (2021-2022)
195	Gráfico 48	Distribuição de crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos por faixa etária (em %) - Brasil, 2022
195	Gráfico 49	Crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos por faixa etária e e sexo (em %) - Brasil, 2022
196	Gráfico 50	Crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos por faixa etária e raça/cor (em %) - Brasil, 2022
197	Gráfico 51	Relação entre autor e vítima de crimes de maus-tratos contra crianças e adolescentes por faixa etária da vítima - Brasil, 2022
198	Gráfico 52	Crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos por mês da ocorrência do fato (Brasil, 2021-2022)
199	Quadro 07	Síntese dos dados de mortes violentas intencionais com vítimas crianças e adolescentes – Brasil, 2022
200	Gráfico 53	Crianças e adolescentes vítimas de MVI por faixa etária e raça/cor (em %) - Brasil, 2022
200	Gráfico 54	Crianças e adolescentes vítimas de MVI por faixa etária e sexo (em %) - Brasil, 2022
201	Gráfico 55	Crianças e adolescentes vítimas de MVI por faixa etária e local do crime (em %) - Brasil, 2022
202	Gráfico 56	Crianças e adolescentes vítimas de MVI por faixa etária tipo de instrumento do crime (em %) - Brasil, 2022

204 Texto 10 Violência sexual infantil: aumentaram os casos ou as denúncias?

205	Gráfico 57	Sexo das vítimas de estupro de vulnerável (até 13 anos) - Brasil (2022)
205	Gráfico 58	Faixa etária das crianças e adolescentes vítimas de estupro de vulnerável (até 13 anos), por sexo - Brasil (2022)
206	Gráfico 59	Estupro de vulnerável (até 13 anos), por tipo de local do crime - Brasil (2022)
207	Gráfico 60	Relação entre vítima e autor, estupro de vulnerável com registro de autoria (até 13 anos) - Brasil (2022)
208	Gráfico 61	Raça/cor das crianças e adolescentes vítimas de estupro de vulnerável (até 13 anos) - Brasil (2022)

346	Tabela 105	Percepção de diretores sobre a ocorrência de situações de violência na escola em que trabalham: Bullying
347	Tabela 106	Percepção de diretores sobre a ocorrência de situações de violência na escola em que trabalham: Invasão do espaço escolar
348	Tabela 107	Percepção de diretores sobre a ocorrência de situações de violência na escola em que trabalham: Depredação do patrimônio escolar
349	Tabela 108	Percepção de diretores sobre a ocorrência de situações de violência na escola em que trabalham: Tiroteio ou bala perdida
350	Tabela 109	Percepção de diretores sobre aspectos da escola em que trabalham: Condições de segurança na entrada e saída da escola
351	Tabela 110	Percepção de diretores sobre aspectos da escola em que trabalham: Muros e/ou grades que isolam a escola do ambiente externo
352	Tabela 111	Apontamento de diretores sobre a existência de projetos temáticos nas escolas em que trabalham
354	Texto 16	Violência nas escolas

MAIOR NÚMERO DE ESTUPROS DA HISTÓRIA



74.930 vítimas
crescimento de **8,2%**
em relação a 2021



18.110 estupros
56.820 estupros de vulnerável

ONDE OCORREM



68,3%
na residência
da vítima



9,4%
em vias públicas

QUEM SÃO AS VÍTIMAS

88,7% sexo feminino
11,3% sexo masculino

56,8% negras
42,3% brancas
0,5% indígenas
0,4% amarelas

PRINCIPAIS VÍTIMAS SÃO CRIANÇAS



61,4% tem
entre **0 e 13 anos** de idade

10,4% tem menos de **4 anos**

AGRESSORES CONHECIDOS

Vítimas de 0 a 13 anos

86,1%
são conhecidos

64,4%
familiares

Vítimas de 14 anos e +

77,2%
são conhecidos

24,3%
de autoria de parceiros ou ex-parceiros íntimos



VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

22.527
crianças e
adolescentes vítimas
de maus tratos

60% das vítimas
tinham entre
0 e 9 anos

Crescimento

14,0% abandono de incapaz

13,8% maus tratos

16,4% exploração sexual infantil

The background of the cover features a close-up, black and white photograph of a child's face, looking downwards. The image is partially obscured by several thick, wavy, golden-yellow lines that sweep across the frame from the top right towards the bottom left. The overall color palette is a mix of dark teal, white, and golden-yellow.

Anuário Brasileiro
de Segurança Pública 2023

Violência contra crianças e adolescentes

Sumário  163

TABELA 39

Abandono de incapaz (art. 133, CP)

Brasil e Unidades da Federação – 2021-2022

Brasil e Unidades da Federação	0 - 4 anos				5-9 anos			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	2.404	2.756	14,6	20,0	2.950	3.377	14,5	24,5
Acre	20	27	35,0	37,8	13	16	23,1	21,0
Alagoas	28	28	-	10,8	20	29	45,0	12,4
Amapá	65	52	-20,0	71,6	50	65	30,0	105,5
Amazonas	44	135	206,8	37,2	65	180	176,9	52,5
Bahia ⁽³⁾	56	154	175,0	15,6	79	160	102,5	16,2
Ceará	15	13	-13,3	2,2	11	7	-36,4	1,2
Distrito Federal	45	60	33,3	30,9	60	72	20,0	35,5
Espírito Santo	1	4	300,0	1,4	1	9	800,0	3,2
Goiás	99	86	-13,1	18,2	92	110	19,6	21,4
Maranhão	28	70	150,0	13,2	34	58	70,6	10,4
Mato Grosso	166	203	22,3	68,5	184	215	16,8	65,3
Mato Grosso do Sul	82	105	28,0	45,9	129	128	-0,8	59,5
Minas Gerais	356	374	5,1	26,8	445	465	4,5	35,4
Pará	17	25	47,1	3,8	20	13	-35,0	2,0
Paraíba	10	3	-70,0	1,0	9	9	-	3,1
Paraná	100	124	24,0	16,2	136	169	24,3	22,0
Pernambuco	133	114	-14,3	17,5	159	104	-34,6	16,4
Piauí	52	55	5,8	24,0	55	52	-5,5	20,7
Rio de Janeiro	87	123	41,4	13,7	147	163	10,9	17,8
Rio Grande do Norte	32	22	-31,3	9,9	36	47	30,6	21,2
Rio Grande do Sul	91	103	13,2	16,0	116	148	27,6	20,9
Rondônia	65	51	-21,5	45,4	65	76	16,9	63,3
Roraima	41	22	-46,3	34,2	36	45	25,0	74,4
Santa Catarina	155	192	23,9	37,1	244	323	32,4	60,6
São Paulo	537	536	-0,2	19,5	664	629	-5,3	22,8
Sergipe	41	45	9,8	26,1	47	48	2,1	26,8
Tocantins	38	30	-21,1	26,8	33	37	12,1	35,0

Continua

Brasil e Unidades da Federação	10-13 anos				14-17 anos			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	1.935	2.194	13,4	20,0	908	1.021	12,4	9,0
Acre	13	10	-23,1	17,0	4	16	300,0	25,0
Alagoas	15	23	53,3	11,9	4	5	25,0	2,5
Amapá	40	18	-55,0	39,6	22	13	-40,9	24,6
Amazonas	33	87	163,6	32,0	12	29	141,7	10,4
Bahia ⁽³⁾	35	100	185,7	12,4	24	47	95,8	5,7
Ceará	11	10	-9,1	2,0	7	9	28,6	1,7
Distrito Federal	25	38	52,0	25,9	7	12	71,4	6,9
Espírito Santo	2	2	-	1,0	1	4	300,0	1,9
Goiás	65	74	13,8	20,2	27	24	-11,1	5,8
Maranhão	42	54	28,6	11,4	20	22	10,0	4,2
Mato Grosso	105	97	-7,6	47,3	47	49	4,3	22,0
Mato Grosso do Sul	89	75	-15,7	54,4	36	59	63,9	35,7
Minas Gerais	330	366	10,9	34,9	164	141	-14,0	12,7
Pará	10	17	70,0	3,2	6	3	-50,0	0,5
Paraíba	3	7	133,3	3,0	2	4	100,0	1,6
Paraná	105	141	34,3	22,8	53	68	28,3	10,8
Pernambuco	96	78	-18,8	14,8	31	33	6,5	6,2
Piauí	35	34	-2,9	16,8	22	13	-40,9	6,2
Rio de Janeiro	92	79	-14,1	10,9	34	46	35,3	5,8
Rio Grande do Norte	20	22	10,0	11,7	14	18	28,6	9,9
Rio Grande do Sul	96	118	22,9	23,6	48	51	6,3	9,8
Rondônia	33	39	18,2	42,5	18	29	61,1	28,2
Roraima	29	16	-44,8	41,2	12	11	-8,3	26,2
Santa Catarina	177	221	24,9	59,3	98	108	10,2	27,8
São Paulo	382	399	4,5	17,6	167	168	0,6	7,9
Sergipe	25	39	56,0	30,4	18	21	16,7	14,9
Tocantins	27	30	11,1	32,5	10	18	80,0	16,5

Continua

Brasil e Unidades da Federação	18-19 anos				Total crianças e adolescentes (0-17 anos)			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	66	48	-27,3	0,8	8.197	9.348	14,0	18,7
Acre	-	1	-	2,9	50	69	38,0	25,5
Alagoas	2	-	-100,0	-	67	85	26,9	9,6
Amapá	1	-	-100,0	-	177	148	-16,4	63,6
Amazonas	-	1	-	0,7	154	431	179,9	34,3
Bahia ⁽³⁾	4	-	-100,0	-	194	461	137,6	12,8
Ceará	-	-	-	-	44	39	-11,4	1,8
Distrito Federal	2	-	-100,0	-	137	182	32,8	25,3
Espírito Santo	-	-	-	-	5	19	280,0	1,9
Goiás	3	1	-66,7	0,5	283	294	3,9	16,6
Maranhão	14	2	-85,7	0,8	124	204	64,5	9,8
Mato Grosso	2	6	200,0	5,5	502	564	12,4	53,5
Mato Grosso do Sul	1	-	-100,0	-	336	367	9,2	49,1
Minas Gerais	7	6	-14,3	1,1	1.295	1.346	3,9	27,7
Pará	1	3	200,0	0,9	53	58	9,4	2,4
Paraíba	-	-	-	-	24	23	-4,2	2,2
Paraná	5	5	-	1,6	394	502	27,4	18,1
Pernambuco	4	6	50,0	2,2	419	329	-21,5	14,0
Piauí	1	-	-100,0	-	164	154	-6,1	17,3
Rio de Janeiro	1	1	-	0,2	360	411	14,2	12,4
Rio Grande do Norte	-	1	-	0,9	102	109	6,9	13,4
Rio Grande do Sul	6	2	-66,7	0,8	351	420	19,7	17,7
Rondônia	1	-	-100,0	-	181	195	7,7	45,7
Roraima	-	1	-	4,6	118	94	-20,3	45,7
Santa Catarina	4	4	-	1,9	674	844	25,2	46,6
São Paulo	5	7	40,0	0,6	1.750	1.732	-1,0	17,5
Sergipe	2	-	-100,0	-	131	153	16,8	24,6
Tocantins	-	1	-	2,1	108	115	6,5	27,5

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Polícia Civil do Estado do Amapá; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Roraima; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 - IBGE.

(...) Informação não disponível

(-) Fenômeno inexistente

(1) Taxa por 100 mil pessoas da respectiva faixa etária.

(2) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022.

(3) A partir do ano de 2022, com a implantação do PPE (Procedimentos Policiais Eletrônicos) a metodologia de lançamento e coleta dos dados foi alterada.

TABELA 40

Abandono material (art. 244, CP)

Brasil e Unidades da Federação – 2021-2022

Brasil e Unidades da Federação	0 - 4 anos				5-9 anos			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	177	185	4,5	1,4	239	241	0,8	1,8
Acre	1	1	-	1,4	2	3	50,0	3,9
Alagoas	4	1	-75,0	0,4	3	1	-66,7	0,4
Amapá	12	12	-	16,5	11	6	-45,5	9,7
Amazonas	4	4	-	1,1	3	2	-33,3	0,6
Bahia ⁽³⁾	...	4	...	0,4	...	9	-	0,9
Ceará	1	1	-	0,2	-	-	-	-
Distrito Federal	1	2	100,0	1,0	1	8	700,0	3,9
Espírito Santo
Goiás	9	8	-11,1	1,7	9	3	-66,7	0,6
Maranhão	4	2	-50,0	0,4	2	4	100,0	0,7
Mato Grosso	9	10	11,1	3,4	7	11	57,1	3,3
Mato Grosso do Sul	7	5	-28,6	2,2	8	2	-75,0	0,9
Minas Gerais	17	23	35,3	1,6	35	26	-25,7	2,0
Pará	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	1	1	-	0,3	4	1	-75,0	0,3
Paraná	6	10	66,7	1,3	16	17	6,3	2,2
Pernambuco
Piauí	11	6	-45,5	2,6	6	8	33,3	3,2
Rio de Janeiro	9	20	122,2	2,2	8	15	87,5	1,6
Rio Grande do Norte	3	7	133,3	3,2	1	5	400,0	2,3
Rio Grande do Sul	13	23	76,9	3,6	22	22	-	3,1
Rondônia	1	-	-100,0	-	1	3	200,0	2,5
Roraima	-	1	-	1,6	1	4	300,0	6,6
Santa Catarina	18	16	-11,1	3,1	29	25	-13,8	4,7
São Paulo	33	25	-24,2	0,9	51	53	3,9	1,9
Sergipe	9	1	-88,9	0,6	9	8	-11,1	4,5
Tocantins	4	2	-50,0	1,8	10	5	-50,0	4,7

Continua

Brasil e Unidades da Federação	10-13 anos				14-17 anos			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	214	215	0,5	2,1	196	238	21,4	2,2
Acre	-	1	-	1,7	1	-	-100,0	-
Alagoas	1	1	-	0,5	-	-	-	-
Amapá	5	7	40,0	15,4	9	2	-77,8	3,8
Amazonas	2	-	-100,0	-	1	4	300,0	1,4
Bahia ⁽³⁾	...	8	-	1,0	...	10	-	1,2
Ceará	-	1	-	0,2	-	2	-	0,4
Distrito Federal	5	-	-100,0	-	-	-	-	-
Espírito Santo
Goiás	12	9	-25,0	2,5	13	7	-46,2	1,7
Maranhão	8	-	-100,0	-	6	10	66,7	1,9
Mato Grosso	6	2	-66,7	1,0	4	2	-50,0	0,9
Mato Grosso do Sul	7	9	28,6	6,5	7	6	-14,3	3,6
Minas Gerais	38	51	34,2	4,9	24	28	16,7	2,5
Pará	-	1	-	0,2	-	2	-	0,3
Paraíba	3	2	-33,3	0,9	4	1	-75,0	0,4
Paraná	8	15	87,5	2,4	16	35	118,8	5,6
Pernambuco
Piauí	8	8	-	3,9	5	5	-	2,4
Rio de Janeiro	12	8	-33,3	1,1	10	17	70,0	2,2
Rio Grande do Norte	2	1	-50,0	0,5	2	2	-	1,1
Rio Grande do Sul	28	21	-25,0	4,2	20	25	25,0	4,8
Rondônia	-	2	-	2,2	4	2	-50,0	1,9
Roraima	-	-	-	-	1	2	100,0	4,8
Santa Catarina	21	21	-	5,6	32	31	-3,1	8,0
São Paulo	27	32	18,5	1,4	25	30	20,0	1,4
Sergipe	9	9	-	7,0	10	11	10,0	7,8
Tocantins	12	6	-50,0	6,5	2	4	100,0	3,7

Continua

Brasil e Unidades da Federação	18-19 anos				Total crianças e adolescentes (0-17 anos)			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	25	37	48,0	0,7	826	879	6,4	1,8
Acre	-	-	-	-	4	5	25,0	1,8
Alagoas	-	-	-	-	8	3	-62,5	0,3
Amapá	-	-	-	-	37	27	-27,0	11,6
Amazonas	-	1	-	0,7	10	10	-	0,8
Bahia ⁽³⁾	...	2	-	0,5	-	31	-	0,9
Ceará	1	1	-	0,4	1	4	300,0	0,2
Distrito Federal	-	-	-	-	7	10	42,9	1,4
Espírito Santo
Goiás	-	-	-	-	43	27	-37,2	1,5
Maranhão	-	-	-	-	20	16	-20,0	0,8
Mato Grosso	1	-	-100,0	-	26	25	-3,8	2,4
Mato Grosso do Sul	2	1	-50,0	1,5	29	22	-24,1	2,9
Minas Gerais	3	8	166,7	1,5	114	128	12,3	2,6
Pará	-	-	-	-	-	3	-	0,1
Paraíba	2	3	50,0	2,5	12	5	-58,3	0,5
Paraná	-	1	-	0,3	46	77	67,4	2,8
Pernambuco
Piauí	1	1	-	1,1	30	27	-10,0	3,0
Rio de Janeiro	1	-	-100,0	-	39	60	53,8	1,8
Rio Grande do Norte	-	1	-	0,9	8	15	87,5	1,8
Rio Grande do Sul	3	2	-33,3	0,8	83	91	9,6	3,8
Rondônia	-	1	-	1,9	6	7	16,7	1,6
Roraima	-	-	-	-	2	7	250,0	3,4
Santa Catarina	3	5	66,7	2,3	100	93	-7,0	5,1
São Paulo	3	5	66,7	0,4	136	140	2,9	1,4
Sergipe	4	2	-50,0	2,8	37	29	-21,6	4,7
Tocantins	1	3	200,0	6,2	28	17	-39,3	4,1

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Polícia Civil do Estado do Amapá; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Roraima; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 - IBGE.

(...) Informação não disponível

(-) Fenômeno inexistente

(1) Taxa por 100 mil pessoas da respectiva faixa etária.

(2) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022.

(3) A partir do ano de 2022, com a implantação do PPE (Procedimentos Policiais Eletrônicos) a metodologia de lançamento e coleta dos dados foi alterada.

TABELA 41

Pornografia infanto-juvenil (art. 240, 241, 241-A e 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente)
Brasil e Unidades da Federação – 2021-2022

Brasil e Unidades da Federação	0 - 4 anos				5-9 anos			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	35	53	51,4	0,4	190	182	-4,2	1,4
Acre	-	1	-	1,4	-	1	-	1,3
Alagoas	-	-	-	-	1	2	100,0	0,9
Amapá	-	1	-	1,4	3	1	-66,7	1,6
Amazonas	-	1	-	0,3	2	5	150,0	1,5
Bahia ⁽³⁾	2	6	200,0	0,6	6	15	150,0	1,5
Ceará	3	3	-	0,5	2	2	-	0,3
Distrito Federal	-	3	-	1,5	13	11	-15,4	5,4
Espírito Santo
Goiás	-	6	-	1,3	10	13	30,0	2,5
Maranhão	-	1	-	0,2	2	3	50,0	0,5
Mato Grosso	1	2	100,0	0,7	14	2	-85,7	0,6
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	3	2	-33,3	0,1	17	15	-11,8	1,1
Pará	1	-	-100,0	-	1	1	-	0,2
Paraíba	2	-	-100,0	-	2	1	-50,0	0,3
Paraná	2	6	200,0	0,8	16	13	-18,8	1,7
Pernambuco	-	-	-	-	-	2	-	0,3
Piauí	2	1	-50,0	0,4	3	2	-33,3	0,8
Rio de Janeiro ⁽⁴⁾	-	3	-	0,3	2	6	200,0	0,7
Rio Grande do Norte	-	1	-	0,5	5	7	40,0	3,2
Rio Grande do Sul	-	1	-	0,2	-	2	-	0,3
Rondônia
Roraima	2	-	-100,0	-	3	1	-66,7	1,7
Santa Catarina	-	2	-	0,4	14	11	-21,4	2,1
São Paulo	15	13	-13,3	0,5	67	60	-10,4	2,2
Sergipe	2	-	-100,0	-	3	5	66,7	2,8
Tocantins	-	-	-	-	4	1	-75,0	0,9

Continua

Brasil e Unidades da Federação	10-13 anos				14-17 anos			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	656	710	8,2	6,6	642	685	6,7	6,2
Acre	-	4	-	6,8	2	6	200,0	9,4
Alagoas	9	15	66,7	7,7	21	22	4,8	11,0
Amapá	7	5	-28,6	11,0	7	9	28,6	17,0
Amazonas	8	8	-	2,9	3	18	500,0	6,4
Bahia ⁽³⁾	23	61	165,2	7,6	52	57	9,6	7,0
Ceará	11	8	-27,3	1,6	14	15	7,1	2,8
Distrito Federal	37	43	16,2	29,4	24	22	-8,3	12,6
Espírito Santo
Goiás	39	41	5,1	11,2	31	44	41,9	10,6
Maranhão	14	15	7,1	3,2	24	30	25,0	5,8
Mato Grosso	23	15	-34,8	7,3	12	30	150,0	13,4
Mato Grosso do Sul	3	1	-66,7	0,7	2	5	150,0	3,0
Minas Gerais	75	55	-26,7	5,3	70	62	-11,4	5,6
Pará	8	17	112,5	3,2	10	28	180,0	4,5
Paraíba	5	3	-40,0	1,3	3	4	33,3	1,6
Paraná	59	72	22,0	11,7	59	64	8,5	10,2
Pernambuco	8	11	37,5	2,1	10	3	-70,0	0,6
Piauí	5	17	240,0	8,4	15	11	-26,7	5,3
Rio de Janeiro ⁽⁴⁾	15	14	-6,7	1,9	14	19	35,7	2,4
Rio Grande do Norte	5	11	120,0	5,8	8	7	-12,5	3,9
Rio Grande do Sul	8	11	37,5	2,2	10	9	-10,0	1,7
Rondônia
Roraima	1	2	100,0	5,2	3	-	-100,0	-
Santa Catarina	40	46	15,0	12,3	52	53	1,9	13,7
São Paulo	222	218	-1,8	9,6	182	153	-15,9	7,2
Sergipe	16	12	-25,0	9,4	8	8	-	5,7
Tocantins	15	5	-66,7	5,4	6	6	-	5,5

Continua

Brasil e Unidades da Federação	18-19 anos				Total crianças e adolescentes (0-17 anos)			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	77	69	-10,4	1,2	1.523	1.630	7,0	3,4
Acre	-	-	-	-	2	12	500,0	4,4
Alagoas	3	4	33,3	3,7	31	39	25,8	4,4
Amapá	-	-	-	-	17	16	-5,9	6,9
Amazonas	-	-	-	-	13	32	146,2	2,5
Bahia ⁽³⁾	12	1	-91,7	0,2	83	139	67,5	3,9
Ceará	-	1	-	0,4	30	28	-6,7	1,3
Distrito Federal	13	19	46,2	23,3	74	79	6,8	11,0
Espírito Santo
Goiás	1	5	400,0	2,5	80	104	30,0	5,9
Maranhão	12	3	-75,0	1,2	40	49	22,5	2,4
Mato Grosso	2	1	-50,0	0,9	50	49	-2,0	4,7
Mato Grosso do Sul	2	1	-50,0	1,5	5	6	20,0	0,8
Minas Gerais	4	1	-75,0	0,2	165	134	-18,8	2,8
Pará	16	20	25,0	6,3	20	46	130,0	1,9
Paraíba	-	-	-	-	12	8	-33,3	0,7
Paraná	4	2	-50,0	0,6	136	155	14,0	5,6
Pernambuco	1	1	-	0,4	18	16	-11,1	0,7
Piauí	-	-	-	-	25	31	24,0	3,5
Rio de Janeiro ⁽⁴⁾	-	-	-	-	31	42	35,5	1,3
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	18	26	44,4	3,2
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	18	23	27,8	1,0
Rondônia
Roraima	-	-	-	-	9	3	-66,7	1,5
Santa Catarina	2	1	-50,0	0,5	106	112	5,7	6,2
São Paulo	5	7	40,0	0,6	486	444	-8,6	4,5
Sergipe	-	1	-	1,4	29	25	-13,8	4,0
Tocantins	-	1	-	2,1	25	12	-52,0	2,9

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Polícia Civil do Estado do Amapá; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Roraima; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 - IBGE.

(...) Informação não disponível

(-) Fenômeno inexistente

(1) Taxa por 100 mil pessoas da respectiva faixa etária.

(2) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022.

(3) A partir do ano de 2022, com a implantação do PPE (Procedimentos Policiais Eletrônicos) a metodologia de lançamento e coleta dos dados foi alterada.

(4) Informou dados referentes apenas ao crime do art. 241-A do Código Penal (publicar ou divulgar cena de sexo explícito ou pornográfico)

TABELA 42

Maus-tratos (art. 136 do CP e art. 232 do ECA)

Brasil e Unidades da Federação – 2021-2022

Brasil e Unidades da Federação	0 - 4 anos				5-9 anos			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	5.245	5.773	10,1	41,8	7.132	7.697	7,9	55,7
Acre	36	38	5,6	53,2	43	56	30,2	73,3
Alagoas	73	79	8,2	30,4	82	75	-8,5	32,0
Amapá	71	62	-12,7	85,4	71	82	15,5	133,1
Amazonas	72	119	65,3	32,8	139	197	41,7	57,5
Bahia ⁽³⁾	169	384	127,2	38,8	264	470	78,0	47,5
Ceará	42	36	-14,3	6,1	54	37	-31,5	6,5
Distrito Federal	117	139	18,8	71,5	172	197	14,5	97,1
Espírito Santo	39	57	46,2	19,3	86	144	67,4	50,8
Goiás	272	239	-12,1	50,6	301	336	11,6	65,2
Maranhão	29	51	75,9	9,7	83	75	-9,6	13,5
Mato Grosso	215	219	1,9	73,9	240	259	7,9	78,7
Mato Grosso do Sul	231	243	5,2	106,2	331	359	8,5	167,0
Minas Gerais	392	382	-2,6	27,4	474	487	2,7	37,0
Pará	37	82	121,6	12,3	44	152	245,5	23,7
Paraíba	19	26	36,8	8,7	32	11	-65,6	3,8
Paraná	312	324	3,8	42,3	522	521	-0,2	68,0
Pernambuco	206	162	-21,4	24,8	247	261	5,7	41,2
Piauí	131	250	90,8	109,2	144	83	-42,4	33,0
Rio de Janeiro	211	259	22,7	28,8	328	340	3,7	37,2
Rio Grande do Norte	40	78	95,0	35,3	91	133	46,2	60,1
Rio Grande do Sul	454	472	4,0	73,5	648	731	12,8	103,4
Rondônia	80	65	-18,8	57,9	96	81	-15,6	67,4
Roraima	84	61	-27,4	94,9	61	68	11,5	112,5
Santa Catarina	337	406	20,5	78,5	446	510	14,3	95,7
São Paulo	1.393	1.340	-3,8	48,7	1.922	1.788	-7,0	64,9
Sergipe	112	141	25,9	81,8	129	162	25,6	90,5
Tocantins	71	59	-16,9	52,8	82	82	0,0	77,5

Continua

Brasil e Unidades da Federação	10-13 anos				14-17 anos			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	4.724	5.655	19,7	51,6	2.698	3.402	26,1	29,9
Acre	28	32	14,3	54,3	14	29	107,1	45,4
Alagoas	52	56	7,7	28,9	29	26	-10,3	13,0
Amapá	45	72	60,0	158,3	40	45	12,5	85,2
Amazonas	87	171	96,6	62,9	67	96	43,3	34,3
Bahia ⁽³⁾	172	419	143,6	52,0	112	245	118,8	29,9
Ceará	46	37	-19,6	7,5	38	28	-26,3	5,1
Distrito Federal	110	127	15,5	86,7	42	75	78,6	42,9
Espírito Santo	64	90	40,6	46,0	29	60	106,9	27,9
Goiás	204	228	11,8	62,1	95	127	33,7	30,5
Maranhão	75	83	10,7	17,5	63	74	17,5	14,2
Mato Grosso	148	159	7,4	77,6	59	89	50,8	39,9
Mato Grosso do Sul	208	256	23,1	185,7	146	164	12,3	99,2
Minas Gerais	293	341	16,4	32,6	126	161	27,8	14,5
Pará	37	140	278,4	26,5	26	59	126,9	9,6
Paraíba	18	10	-44,4	4,3	6	9	50,0	3,7
Paraná	324	380	17,3	61,5	184	223	21,2	35,4
Pernambuco	153	144	-5,9	27,4	90	95	5,6	17,8
Piauí	100	64	-36,0	31,6	25	35	40,0	16,7
Rio de Janeiro	220	230	4,5	31,8	125	238	90,4	30,3
Rio Grande do Norte	57	104	82,5	55,2	44	53	20,5	29,2
Rio Grande do Sul	447	488	9,2	97,5	283	299	5,7	57,3
Rondônia	59	61	3,4	66,5	43	42	-2,3	40,9
Roraima	44	40	-9,1	103,1	20	32	60,0	76,2
Santa Catarina	283	349	23,3	93,6	159	186	17,0	47,9
São Paulo	1.298	1.401	7,9	61,8	759	816	7,5	38,3
Sergipe	83	111	33,7	86,6	48	65	35,4	46,0
Tocantins	69	62	-10,1	67,2	26	31	19,2	28,5

Continua

Brasil e Unidades da Federação	18-19 anos				Total crianças e adolescentes (0-17 anos)			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	173	175	1,2	3,0	19.799	22.527	13,8	45,1
Acre	2	3	50,0	8,8	121	155	28,1	57,3
Alagoas	1	2	100,0	1,8	236	236	-	26,6
Amapá	4	3	-25,0	11,1	227	261	15,0	112,2
Amazonas	3	3	-	2,0	365	583	59,7	46,4
Bahia ⁽³⁾	3	13	333,3	3,1	717	1.518	111,7	42,1
Ceará	3	2	-33,3	0,8	180	138	-23,3	6,3
Distrito Federal	5	1	-80,0	1,2	441	538	22,0	74,9
Espírito Santo	2	1	-50,0	1,0	218	351	61,0	35,5
Goiás	6	4	-33,3	2,0	872	930	6,7	52,5
Maranhão	18	5	-72,2	2,0	250	283	13,2	13,6
Mato Grosso	9	8	-11,1	7,3	662	726	9,7	68,9
Mato Grosso do Sul	4	3	-25,0	4,4	916	1.022	11,6	136,8
Minas Gerais	12	5	-58,3	0,9	1.285	1.371	6,7	28,2
Pará	5	3	-40,0	0,9	144	433	200,7	17,7
Paraíba	-	-	-	-	75	56	-25,3	5,2
Paraná	14	11	-21,4	3,6	1.342	1.448	7,9	52,1
Pernambuco	7	13	85,7	4,8	696	662	-4,9	28,2
Piauí	5	3	-40,0	3,3	400	432	8,0	48,4
Rio de Janeiro	10	12	20,0	2,9	884	1.067	20,7	32,1
Rio Grande do Norte	1	1	0,0	0,9	232	368	58,6	45,3
Rio Grande do Sul	16	15	-6,3	5,7	1.832	1.990	8,6	83,9
Rondônia	1	1	-	1,9	278	249	-10,4	58,3
Roraima	-	3	-	13,9	209	201	-3,8	97,8
Santa Catarina	15	10	-33,3	4,7	1.225	1.451	18,4	80,1
São Paulo	19	42	121,1	3,6	5.372	5.345	-0,5	54,0
Sergipe	7	7	-	9,9	372	479	28,8	77,1
Tocantins	1	1	-	2,1	248	234	-5,6	55,9

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Polícia Civil do Estado do Amapá; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Roraima; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 - IBGE.

(...) Informação não disponível

(-) Fenômeno inexistente

(1) Taxa por 100 mil pessoas da respectiva faixa etária.

(2) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022.

(3) A partir do ano de 2022, com a implantação do PPE (Procedimentos Policiais Eletrônicos) a metodologia de lançamento e coleta dos dados foi alterada.

TABELA 43

Exploração sexual infantil (art. 218-B do CP e art. 244-A do ECA)

Brasil e Unidades da Federação – 2021-2022

Brasil e Unidades da Federação	0 - 4 anos				5-9 anos			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	7	16	128,6	0,1	34	58	70,6	0,4
Acre	-	-	-	-	2	-	-100,0	-
Alagoas	-	1	-	0,4	-	1	-	0,4
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	1	1	-	0,3
Bahia ⁽³⁾	-	3	-	0,3	1	6	500,0	0,6
Ceará	-	-	-	-	4	2	-50,0	0,3
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	1	-	-100,0	-	-	2	-	0,4
Maranhão	-	1	-	0,2	1	3	200,0	0,5
Mato Grosso	-	1	-	0,3	1	4	300,0	1,2
Mato Grosso do Sul	-	1	-	0,4	4	-	-100,0	-
Minas Gerais	3	1	-66,7	0,1	3	3	-	0,2
Pará	1	-	-100,0	-	3	1	-66,7	0,2
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraná	-	-	-	-	1	18	1.700,0	2,3
Pernambuco	-	-	-	-	-	-	-	-
Piauí	-	-	-	-	1	-	-100,0	-
Rio de Janeiro	-	2	-	0,2	1	5	400,0	0,5
Rio Grande do Norte	-	1	-	0,5	-	3	-	1,4
Rio Grande do Sul	1	2	-	0,3	2	3	50,0	0,4
Rondônia	-	-	-	-	1	-	-100,0	-
Roraima	-	2	-	3,1	-	1	-	1,7
Santa Catarina	-	-	-	-	2	-	-100,0	-
São Paulo	1	-	-100,0	-	6	-	-100,0	-
Sergipe	-	1	-	0,6	-	5	-	2,8
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-

Continua

Brasil e Unidades da Federação	10-13 anos				14-17 anos			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	194	270	39,2	2,5	529	545	3,0	4,8
Acre	1	1	-	1,7	2	2	-	3,1
Alagoas	-	5	-	2,6	9	5	-44,4	2,5
Amapá	8	3	-62,5	6,6	14	9	-35,7	17,0
Amazonas	2	21	950,0	7,7	20	26	30,0	9,3
Bahia ⁽³⁾	11	14	27,3	1,7	18	40	122,2	4,9
Ceará	10	16	60,0	3,2	33	15	-54,5	2,8
Distrito Federal	-	-	-	-	1	-	-100,0	-
Espírito Santo	2	1	-50,0	0,5	5	2	-60,0	0,9
Goiás	8	13	62,5	3,5	25	46	84,0	11,1
Maranhão	6	4	-33,3	0,8	22	15	-31,8	2,9
Mato Grosso	12	10	-16,7	4,9	40	18	-55,0	8,1
Mato Grosso do Sul	17	15	-11,8	10,9	42	33	-21,4	20,0
Minas Gerais	21	19	-9,5	1,8	52	62	19,2	5,6
Pará	8	14	75,0	2,7	29	14	-51,7	2,3
Paraíba	2	6	200,0	2,6	-	8	-	3,2
Paraná	2	16	700,0	2,6	7	38	442,9	6,0
Pernambuco	4	4	-	0,8	9	10	11,1	1,9
Piauí	10	12	20,0	5,9	16	12	-25,0	5,7
Rio de Janeiro	10	9	-10,0	1,2	8	7	-12,5	0,9
Rio Grande do Norte	2	2	-	1,1	-	11	-	6,1
Rio Grande do Sul	7	11	57,1	2,2	40	48	20,0	9,2
Rondônia	1	1	-	1,1	10	6	-40,0	5,8
Roraima	-	6	-	15,5	6	8	33,3	19,0
Santa Catarina	7	7	-	1,9	21	18	-14,3	4,6
São Paulo	38	46	21,1	2,0	85	79	-7,1	3,7
Sergipe	5	13	160,0	10,1	14	10	-28,6	7,1
Tocantins	-	1	-	1,1	1	3	200,0	2,8

Continua

Brasil e Unidades da Federação	18-19 anos				Total crianças e adolescentes (0-17 anos)			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	30	24	-20,0	0,4	764	889	16,4	1,8
Acre	-	3	-	8,8	5	3	-40,0	1,1
Alagoas	-	-	-	-	9	12	33,3	1,4
Amapá	-	2	-	7,4	22	12	-45,5	5,2
Amazonas	-	-	-	-	23	48	108,7	3,8
Bahia ⁽³⁾	3	1	-66,7	0,2	30	63	110,0	1,7
Ceará	4	-	-100,0	-	47	33	-29,8	1,5
Distrito Federal	-	-	-	-	1	-	-100,0	-
Espírito Santo	-	1	-	1,0	7	3	-57,1	0,3
Goiás	-	2	-	1,0	34	61	79,4	3,4
Maranhão	3	1	-66,7	0,4	29	23	-20,7	1,1
Mato Grosso	-	1	-	0,9	53	33	-37,7	3,1
Mato Grosso do Sul	-	3	-	4,4	63	49	-22,2	6,6
Minas Gerais	5	1	-80,0	0,2	79	85	7,6	1,7
Pará	1	-	-100,0	-	41	29	-29,3	1,2
Paraíba	-	-	-	-	2	14	600,0	1,3
Paraná	-	2	-	0,6	10	72	620,0	2,6
Pernambuco	-	-	-	-	13	14	7,7	0,6
Piauí	2	1	-50,0	1,1	27	24	-11,1	2,7
Rio de Janeiro	-	-	-	-	19	23	21,1	0,7
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	2	17	750,0	2,1
Rio Grande do Sul	3	-	-100,0	-	50	64	28,0	2,7
Rondônia	4	2	-50,0	3,8	12	7	-41,7	1,6
Roraima	-	1	-	4,6	6	17	183,3	8,3
Santa Catarina	1	1	-	0,5	30	25	-16,7	1,4
São Paulo	4	2	-50,0	0,2	130	125	-3,8	1,3
Sergipe	-	-	-	-	19	29	52,6	4,7
Tocantins	-	-	-	-	1	4	300,0	1,0

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Polícia Civil do Estado do Amapá; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Roraima; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 - IBGE.

(...) Informação não disponível

(-) Fenômeno inexistente

(1) Taxa por 100 mil pessoas da respectiva faixa etária.

(2) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022.

(3) A partir do ano de 2022, com a implantação do PPE (Procedimentos Policiais Eletrônicos) a metodologia de lançamento e coleta dos dados foi alterada.

TABELA 44

Lesão corporal dolosa em contexto de violência doméstica (art. 129, §9º do CP)

Brasil e Unidades da Federação – 2021-2022

Brasil e Unidades da Federação	0 - 4 anos				5-9 anos			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	1.652	1.633	-1,2	15,7	2.054	2.062	0,4	19,9
Acre	8	6	-25,0	8,4	3	8	166,7	10,5
Alagoas	8	16	100,0	6,2	2	9	350,0	3,8
Amapá	21	13	-38,1	17,9	20	22	10,0	35,7
Amazonas	2	10	400,0	2,8	1	10	900,0	2,9
Bahia ⁽³⁾	70	83	18,6	8,4	106	120	13,2	12,1
Ceará	33	31	-6,1	5,3	40	31	-22,5	5,4
Distrito Federal	45	37	-17,8	19,0	31	53	71,0	26,1
Espírito Santo	4	4	-	1,4	9	5	-44,4	1,8
Goias	111	83	-25,2	17,6	132	105	-20,5	20,4
Maranhão	22	19	-13,6	3,6	19	14	-26,3	2,5
Mato Grosso	256	298	16,4	100,6	296	352	18,9	106,9
Mato Grosso do Sul	41	31	-24,4	13,5	44	30	-31,8	14,0
Minas Gerais	315	272	-13,7	19,5	420	388	-7,6	29,5
Pará	46	65	41,3	9,8	88	83	-5,7	12,9
Paraíba	13	10	-23,1	3,4	19	11	-42,1	3,8
Paraná	128	101	-21,1	13,2	192	175	-8,9	22,8
Pernambuco	93	104	11,8	15,9	120	117	-2,5	18,5
Piauí	22	18	-18,2	7,9	24	18	-25,0	7,2
Rio de Janeiro	150	149	-0,7	16,6	165	142	-13,9	15,5
Rio Grande do Norte	7	12	71,4	5,4	10	8	-20,0	3,6
Rio Grande do Sul
Rondônia	32	24	-25,0	21,4	29	35	20,7	29,1
Roraima	6	4	-33,3	6,2	9	11	22,2	18,2
Santa Catarina	150	171	14,0	33,0	202	236	16,8	44,3
São Paulo
Sergipe	24	17	-29,2	9,9	24	26	8,3	14,5
Tocantins	45	55	22,2	49,2	49	53	8,2	50,1

Continua

Brasil e Unidades da Federação	10-13 anos				14-17 anos			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	2.643	3.127	18,3	38,1	8.507	8.548	0,5	98,1
Acre	10	12	20,0	20,4	49	38	-22,4	59,5
Alagoas	20	20	-	10,3	80	112	40,0	56,0
Amapá	26	19	-26,9	41,8	77	79	2,6	149,6
Amazonas	1	10	900,0	3,7	26	65	150,0	23,2
Bahia ⁽³⁾	157	176	12,1	21,8	475	480	1,1	58,5
Ceará	51	45	-11,8	9,1	158	90	-43,0	16,5
Distrito Federal	53	63	18,9	43,0	148	193	30,4	110,5
Espírito Santo	12	18	50,0	9,2	70	80	14,3	37,3
Goiás	140	118	-15,7	32,2	462	341	-26,2	81,9
Maranhão	26	29	11,5	6,1	90	99	10,0	19,0
Mato Grosso	366	506	38,3	247,0	986	1.063	7,8	476,3
Mato Grosso do Sul	75	158	110,7	114,6	274	234	-14,6	141,5
Minas Gerais	517	581	12,4	55,5	1.410	1.304	-7,5	117,6
Pará	109	113	3,7	21,4	456	524	14,9	85,0
Paraíba	20	27	35,0	11,5	53	73	37,7	29,6
Paraná	209	249	19,1	40,3	918	805	-12,3	127,9
Pernambuco	157	144	-8,3	27,4	543	517	-4,8	96,7
Piauí	33	30	-9,1	14,8	105	80	-23,8	38,2
Rio de Janeiro	245	299	22,0	41,4	861	960	11,5	122,0
Rio Grande do Norte	16	22	37,5	11,7	81	139	71,6	76,5
Rio Grande do Sul
Rondônia	48	57	18,8	62,2	220	200	-9,1	194,6
Roraima	9	11	22,2	28,3	58	51	-12,1	121,4
Santa Catarina	246	267	8,5	71,6	585	614	5,0	158,2
São Paulo
Sergipe	26	27	3,8	21,1	102	86	-15,7	60,8
Tocantins	71	126	77,5	136,7	220	321	45,9	295,0

Continua

Brasil e Unidades da Federação	18-19 anos				Total crianças e adolescentes (0-17 anos)			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxa ⁽¹⁾
	2021 ⁽²⁾	2022		2022	2021 ⁽²⁾	2022		2022
Brasil	8.456	8.184	-3,2	183,0	14.856	15.370	3,5	40,8
Acre	38	44	15,8	129,3	70	64	-8,6	23,7
Alagoas	95	110	15,8	100,5	110	157	42,7	17,7
Amapá	92	67	-27,2	246,9	144	133	-7,6	57,2
Amazonas	37	89	140,5	59,4	30	95	216,7	7,6
Bahia ⁽³⁾	499	451	-9,6	106,3	808	859	6,3	23,8
Ceará	100	44	-56,0	16,7	282	197	-30,1	9,0
Distrito Federal	179	209	16,8	255,8	277	346	24,9	48,2
Espírito Santo	94	110	17,0	110,4	95	107	12,6	10,8
Goiás	465	288	-38,1	145,8	845	647	-23,4	36,5
Maranhão	118	109	-7,6	44,7	157	161	2,5	7,7
Mato Grosso	864	930	7,6	847,3	1.904	2.219	16,5	210,6
Mato Grosso do Sul	301	240	-20,3	348,2	434	453	4,4	60,6
Minas Gerais	1.271	1.145	-9,9	214,4	2.662	2.545	-4,4	52,3
Pará	539	596	10,6	188,3	699	785	12,3	32,0
Paraíba	60	57	-5,0	47,8	105	121	15,2	11,3
Paraná	909	838	-7,8	271,2	1.447	1.330	-8,1	47,8
Pernambuco	489	474	-3,1	174,4	913	882	-3,4	37,6
Piauí	90	80	-11,1	87,4	184	146	-20,7	16,4
Rio de Janeiro	1.110	1.197	7,8	286,8	1.421	1.550	9,1	46,6
Rio Grande do Norte	96	129	34,4	122,1	114	181	58,8	22,3
Rio Grande do Sul
Rondônia	222	221	-0,5	423,6	329	316	-4,0	74,0
Roraima	74	75	1,4	346,7	82	77	-6,1	37,5
Santa Catarina	433	449	3,7	210,7	1.183	1.288	8,9	71,1
São Paulo
Sergipe	91	58	-36,3	82,0	176	156	-11,4	25,1
Tocantins	190	174	-8,4	359,8	385	555	44,2	132,6

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Polícia Civil do Estado do Amapá; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Roraima; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 - IBGE.

(...) Informação não disponível

(-) Fenômeno inexistente

(1) Taxa por 100 mil pessoas da respectiva faixa etária.

(2) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 16, 2022.

(3) A partir do ano de 2022, com a implantação do PPE (Procedimentos Policiais Eletrônicos) a metodologia de lançamento e coleta dos dados foi alterada.

TABELA 45
Mortes Violentas Intencionais de Crianças e Adolescentes de 0 a 17 anos
Brasil e Unidades da Federação – 2021-2022

Brasil e Unidades da Federação	Mortes Violentas Intencionais									
	Vítimas 0 a 11 anos			Vítimas 12 a 17 anos			Total Vítimas 0 a 17 anos			
	Ns. Absolutos		Variação (%)	Ns. Absolutos		Variação (%)	Ns. Absolutos		Variação (%)	Taxas ⁽¹⁾
	2021	2022		2021	2022		2021	2022		
Brasil	248	211	-14,9	2.307	2.278	-1,3	2.555	2.489	-2,6	5,0
Acre	2	-	-	17	17	-	19	17	-10,5	6,3
Alagoas	9	6	-33,3	87	65	-25,3	96	71	-26,0	8,0
Amapá	2	-	-	42	15	-64,3	44	15	-65,9	6,5
Amazonas	6	2	-66,7	95	76	-20,0	101	78	-22,8	6,2
Bahia	26	19	-26,9	321	413	28,7	347	432	24,5	12,0
Ceará	4	5	25,0	268	236	-11,9	272	241	-11,4	11,0
Distrito Federal	2	2	-	13	16	23,1	15	18	20,0	2,5
Espírito Santo	12	5	-58,3	97	80	-17,5	109	85	-22,0	8,6
Goiás	9	16	77,8	40	32	-20,0	49	48	-2,0	2,7
Maranhão	8	12	50,0	110	114	3,6	118	126	6,8	6,1
Mato Grosso	3	3	-	30	52	73,3	33	55	66,7	5,2
Mato Grosso do Sul	12	5	-58,3	26	16	-38,5	38	21	-44,7	2,8
Minas Gerais	32	12	-62,5	138	131	-5,1	170	143	-15,9	2,9
Pará	5	12	140,0	119	119	0,0	124	131	5,6	5,3
Paraíba	7	4	-42,9	40	63	57,5	47	67	42,6	6,3
Paraná	11	17	54,5	63	98	55,6	74	115	55,4	4,1
Pernambuco	6	10	66,7	226	184	-18,6	232	194	-16,4	8,3
Piauí	12	3	-75,0	38	44	15,8	50	47	-6,0	5,3
Rio de Janeiro	23	16	-30,4	183	145	-20,8	206	161	-21,8	4,8
Rio Grande do Norte	8	2	-75,0	63	59	-6,3	71	61	-14,1	7,5
Rio Grande do Sul	13	19	46,2	85	92	8,2	98	111	13,3	4,7
Rondônia	2	-	-	14	16	14,3	16	16	-	3,7
Roraima	1	2	100,0	10	10	-	11	12	9,1	5,8
Santa Catarina	6	8	33,3	37	22	-40,5	43	30	-30,2	1,7
São Paulo	23	26	13,0	112	101	-9,8	135	127	-5,9	1,3
Sergipe	2	2	-	20	41	105,0	22	43	95,5	6,9
Tocantins	2	3	50,0	13	21	61,5	15	24	60,0	5,7

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Polícia Civil do Estado do Amapá; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Roraima; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 - IBGE.

(1) Taxas por 100 mil habitantes de 0 a 17 anos.

O aumento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil em 2022

Difícilmente teríamos como apresentar um cenário pior em relação à violência contra crianças e adolescentes do que o que se desenhou para o ano de 2022. Diferentes formas de violência contra quem possui entre 0 e 17 anos cresceram no último ano. Os números são impressionantemente altos e, como previsto nos últimos Anuários, já extrapolam as estatísticas anteriores à pandemia de COVID-19. Vale lembrar que acidentes e violências, segundo a OMS, representam o maior problema de saúde pública entre crianças e adolescentes em países em desenvolvimento¹ e podem atingir, segundo estimativas, até 1 bilhão de vítimas anualmente em todo o mundo, considerando casos de violência física, sexual, emocional e negligência contra quem tem entre 2 e 17 anos².

O quadro a seguir sintetiza os índices coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública para o ano de 2022, dando continuidade à produção de dados sobre os registros dos crimes de abandono de incapaz, abandono material, maus-tratos, lesão corporal no contexto de violência doméstica, pornografia infanto-juvenil, exploração sexual infantil, estupro e mortes violentas intencionais. Analisar tais registros documentados nas delegacias de todo o país em quatro grupos etários auxiliam no diagnóstico em termos de *quem* são as vítimas prioritárias para cada tipo de violência.

Diferentes formas de violência contra quem possui entre 0 e 17 anos cresceram no último ano. Os números são impressionantemente altos e, como previsto nos últimos Anuários, já extrapolam as estatísticas anteriores à pandemia de COVID-19.

Sofia Reinach

Pesquisadora associada do FBSP e Gerente sênior de programas de prevenção e enfrentamento a violências da Vital Strategies Brazil.

Betina Warmling Barros

Doutoranda em Sociologia na Universidade de São Paulo e pesquisadora no Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

¹ ROMEIRO, Juliana et al. Violência física e fatores associados em participantes da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 2, 2021.

² HILLIS, Susan et al. Global prevalence of past-year violence against children: a systematic review and minimum estimates. *Pediatrics*, v. 137, n. 3, 2016.

QUADRO 05

Síntese dos dados de crimes não letais com vítimas crianças e adolescentes
Brasil, 2022

Tipo	VIOLÊNCIA NÃO LETAL					0 a 17 anos	
	0 a 4 anos Taxa ⁽¹⁾	5 a 9 anos Taxa ⁽¹⁾	10 a 13 anos Taxa ⁽¹⁾	14 a 17 anos Taxa ⁽¹⁾	Ns. absolutos	Taxa ⁽¹⁾	
ABANDONO							
Abandono de incapaz	20,0	24,5	20,0	9,0	9.348	18,7	
Abandono material	1,4	1,8	2,1	2,2	879	1,8	
VIOLÊNCIA FÍSICA							
Maus-tratos	41,8	55,7	51,6	29,9	22.527	45,1	
Lesão corporal em VD	15,7	19,9	38,1	98,1	15.370	40,8	
VIOLÊNCIA SEXUAL							
Estupro	49,9	85,1	200,8	99,5	51.971	104,0	
Pornografia infanto-juvenil	0,4	1,4	6,6	6,2	1.630	3,4	
Exploração sexual	0,1	0,4	2,5	4,8	889	1,8	

Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Taxa por 100 mil habitantes na faixa etária específica.

O quadro anterior informa o nível de grandeza de cada crime à nível nacional (quantidade de registros) e as taxas por faixa etária (incidência populacional), além de apresentar os totais para o grupo completo de crianças e adolescentes. Além disso, vale frisar desde o princípio: sem considerar as mortes violentas intencionais, todos os demais tipos de crime analisados cresceram entre 2021 e 2022. O percentual de variação, as especificidades de cada tipo penal e o perfil das vítimas será pormenorizado nos tópicos a seguir.

QUADRO 06

Varição dos registros de crimes entre crianças e adolescentes (0 a 17 anos)
Brasil, 2021-2022

Tipo de crime	2021	2022	Variação (em %)
	Ns. absolutos	Ns. absolutos	
Abandono de incapaz	8.197	9.348	14,0
Abandono Material	826	879	1,8
Maus-tratos	19.799	22.527	13,8
Lesão corporal em VD	14.856	15.370	3,5
Estupro	45.076	51.971	15,3
Pornografia infanto-juvenil	1.523	1.630	7,0
Exploração sexual	764	889	16,4

Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

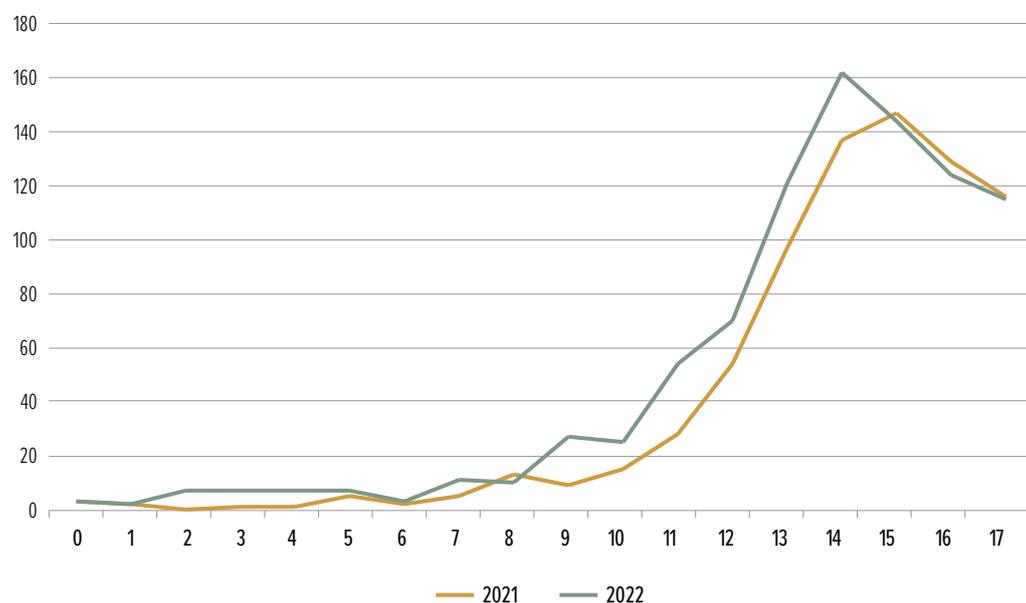
CRIMES SEXUAIS: PORNOGRAFIA INFANTO-JUVENIL, EXPLORAÇÃO SEXUAL E ESTUPRO

Os crimes de pornografia infanto-juvenil e exploração sexual infantil com vítimas de 0 a 17 anos, tiveram aumento nos seus números absolutos de 7,0% e 16,4%, respectivamente. Esses percentuais de crescimento foram puxados, especialmente pelo aumento de registros nos estados do Norte e Nordeste. Como a quantidade de registros é relativamente baixa a nível nacional, essa variação pode significar a piora do fenômeno criminal em si, mas também pode ser fruto de uma melhoria no registro.

Os casos de exploração sexual infantil possuem o seu pico entre as idades de 10 a 17 anos. No entanto, chama a atenção que em 2021, dentre as vítimas de 0 a 17 anos, 48,7% dos casos tiveram vítimas de até 14 anos e, em 2022, esse percentual é de 58,0%. Ou seja, do ano passado para esse, as vítimas desse tipo de crime são, em média, mais novas. Além disso, o pico da curva que antes era aos 15 anos, agora é aos 14 anos.

GRÁFICO 45

Exploração sexual infantil por idade da vítima
Brasil, 2021-2022



Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O estupro é o tipo de crime com maior número de registros contra crianças e adolescentes do Brasil. Em 2022 foram quase 41 mil vítimas de 0 a 13 anos, das quais quase 7 mil tinham entre 0 e 4 anos, mais de 11 mil, entre 5 e 9 anos, mais de 22 mil entre 10 e 13 anos e mais

de 11 mil entre 14 e 17 anos³. Dentre as vítimas do sexo feminino, existe um pico de casos entre 3 e 4 anos de idade e, a partir dos 9 anos, o número de casos aumenta e alcança o seu maior valor com vítimas de 13 anos. Dentre as vítimas do sexo masculino, apesar de se tratar de menor quantidade de casos, o pico se dá aos 4 anos de idade.

No mapa, é possível perceber que os crimes de estupro de crianças no Brasil se espalham por todo o território nacional, especialmente nos estados do Norte, Centro-Oeste e Sul⁴. Os estados de Roraima, Mato Grosso do Sul e Amapá lideram, com taxas de mais de 200 estupros entre vítimas de 0 a 17 anos a cada 100 mil habitantes.

MAPA 01

*Taxa de estupros com vítimas de 0 a 13 anos por 100 mil habitantes
UFs, 2022*



Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

De forma geral, há desigualdade racial entre as vítimas em todas as faixas etárias. As vítimas negras (pretas e pardas) são a maior parte em praticamente todas as idades. Contudo,

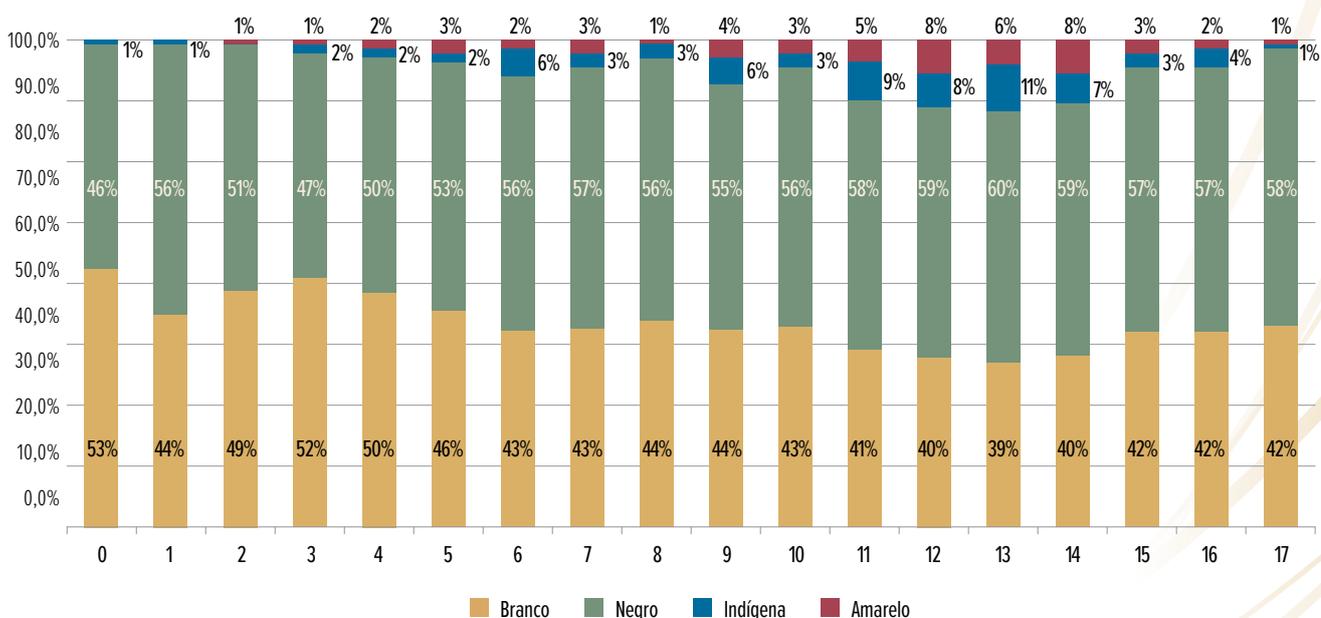
³ O estado do Pernambuco informou a idade das vítimas por faixas etárias de 0 a 11 anos e 12 a 17 anos. Por isso, os dados do estado não estão incluídos em desagregações por idade simples ou faixa etária e apenas nas análises com vítimas de 0 a 17 anos.

⁴

é interessante notar que o percentual de vítimas brancas entre 11 e 14 anos reduz e dá espaço para o aumento do percentual de vítimas amarelas e indígenas que representam 6%, 11% e 6%, respectivamente, do total de vítimas de 13 anos de idade.

GRÁFICO 46

Distribuição racial das vítimas de estupro de 0 a 17 anos, por idade
Brasil, 2022



Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

NEGLIGÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: OS CRIMES DE ABANDONO DE INCAPAZ E ABANDONO MATERIAL

A negligência é considerada uma das modalidades mais comuns de violência contra crianças e adolescentes e se caracteriza pela omissão por parte dos pais e da sociedade em proverem as necessidades de uma criança, incluindo questões financeiras, mas também emocionais. Vale destacar que a desigualdade social e as questões decorrentes das carências socioeconômicas que estão fora do controle dos pais não necessariamente significam casos de negligência. É sobretudo a prática abusiva e a omissão consciente que importam na análise da violência parental.

Nos casos mais graves, situações de negligências podem significar a criminalização dos autores da violência pelos crimes de abandono de incapaz ou abandono material. Nesse segundo caso, o cerne da negligência é financeira e se materializa, por exemplo, na falta de pagamento de pensão alimentícia. O crime se manteve estável entre 2021 e 2022, em que pese se note uma baixíssima incidência dos registros desse tipo penal no Brasil. Em ambos os períodos foram registrados pouco mais de 800 casos por ano em todo o país. Estados como Pernambuco e Espírito Santo não tiveram nenhum registro de abandono

material e Acre, Alagoas, Ceará, Pará, Paraíba, Rondônia e Roraima registraram menos de 10 casos anuais.

Em um país em que, dos recém-nascidos de 2022, 6,3%⁵ não receberam o nome dos seus pais na certidão de nascimento e que, segundo o Painel de Estatísticas Processuais do Direito de Família com Temas Afetos à Infância e Juventude do Conselho Nacional de Justiça, teve mais de 192 mil novos processos de pensão alimentícia em 2022⁶, é pouco possível que tenhamos apenas 800 casos de abandono material no país, indicando se tratar de um crime com altos índices de subnotificação. Os registros identificados não têm um perfil etário claro, atingindo crianças de todas as faixas etárias, sendo que 22% de todas as crianças e adolescentes vítimas possuem de 0 a 4 anos, 28% entre 5 e 9 anos, 18% entre 10 e 13 anos e 26%, entre 14 e 17 anos.

O crime de abandono de incapaz, por sua vez, possui capitulação mais ampla, criminalizando todo o tipo de abandono de quem esteja sob cuidado do autor e que seja incapaz de defender-se dos riscos resultantes no abandono. Assim, quando há a responsabilização criminal, a vítima já sofreu as consequências da negligência sofrida. De 2020 para 2021, já havíamos notado o aumento de 11,1% dos registros do crime, o que se aprofundou no último ano, com um novo crescimento de 14% no volume de registros de abandono de incapaz no país.

Os estados no Norte e Nordeste foram os que apresentaram maior variação do número de registros. Esse aumento se deu de forma similar nas diferentes faixas etárias de 0 a 17 anos, mas as taxas de registros em cada faixa etária indicam que as crianças de 0-4 anos, de 5-9 anos e de 10-13 anos são as principais vítimas, com taxas variando na casa dos 20 registros a cada 100 mil habitantes. Entre adolescentes (14-17 anos), por outro lado, a taxa cai pela metade e, em 2022, foi de 9,0 registros a cada 100 mil habitantes.

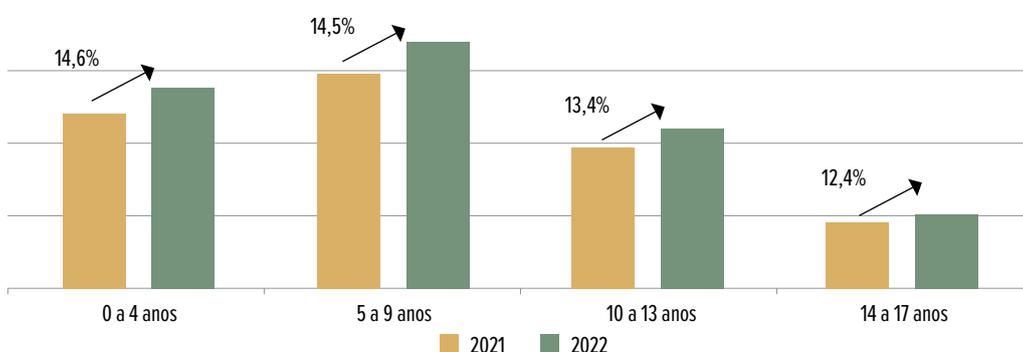
De 2020 para 2021, já havíamos notado o aumento de 11,1% dos registros do crime, o que se aprofundou no último ano, com um novo crescimento de 14% no volume de registros de abandono de incapaz no país.

⁵ Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes>

⁶ Disponível em: https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=3cd3e5fc=5-c5c441-e-508b30261-5e288de&sheet=87ff247a-22e0-4a66-ae83-24fa5d92175a&theme=horizon&opt=ctxmenu,currsel&select=nome_classe,&select=nome,&select=nome_municipio,&select=sigla_tribunal

GRÁFICO 47

Varição percentual do crime de abandono de incapaz por faixa etária Brasil, 2021-2022



Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

VIOLÊNCIA FÍSICA: MAUS-TRATOS E LESÃO CORPORAL EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência física contra crianças e adolescentes é majoritariamente um caso de violência intrafamiliar. Como tal, também possui alto nível de reincidência, sendo caracterizada como uma experiência de longa duração na vida da vítima⁷. Dificuldades escolares, ansiedade, reprodução da violência e sequelas provenientes das lesões são algumas das consequências já mapeadas pela literatura especializada⁸ e dão conta da gravidade desses atos, apesar de muitas vezes ainda serem concebidos por muitos como instrumentos educacionais válidos e legítimos.

Os crimes de maus-tratos (art. 136 do Código Penal e art. 232 do ECA) possuem números significativos de registros com vítimas de 0 a 17 anos. Em 2022 foram documentados 22.527 casos nessa faixa etária, o que significa um aumento de 13,8% em relação a 2021 e uma taxa de 45,1 registros por 100 mil habitantes dessa idade. Além disso, nota-se que o aumento ocorreu em todas as faixas etárias, porém proporcionalmente maior nas faixas de 10 a 13 e 14 a 17 anos.

Em 2021 a faixa etária de 0 a 4 anos possuía um número maior de vítimas do que a faixa de 10 a 13 anos. O aumento de 19,7% dos casos nessa segunda faixa, fez com que o número de casos se aproximasse em ambos os grupos. A faixa de 5 a 9 anos permanece sendo a faixa etária com mais vítimas de maus-tratos, totalizando 7.697 registros em 2022, seguida pelas faixas de 0 a 4 anos e 10 a 13 anos.

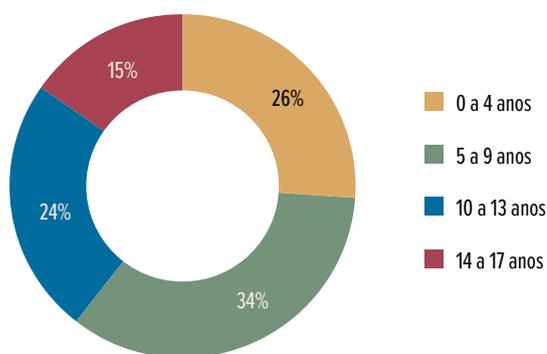
Em 2022 foram documentados 22.527 casos nessa faixa etária, o que significa um aumento de 13,8% em relação a 2021 e uma taxa de 45,1 registros por 100 mil habitantes dessa idade.

⁷ World Health Organization. INSPIRE: Seven strategies for Ending Violence Against Children. Geneva: World Health Organization; 2016.

⁸ AZEVEDO, M.; GUERRA, V. Mania de bater: A punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Iglu; 2001.

GRÁFICO 48

Distribuição de crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos por faixa etária (em %) Brasil, 2022

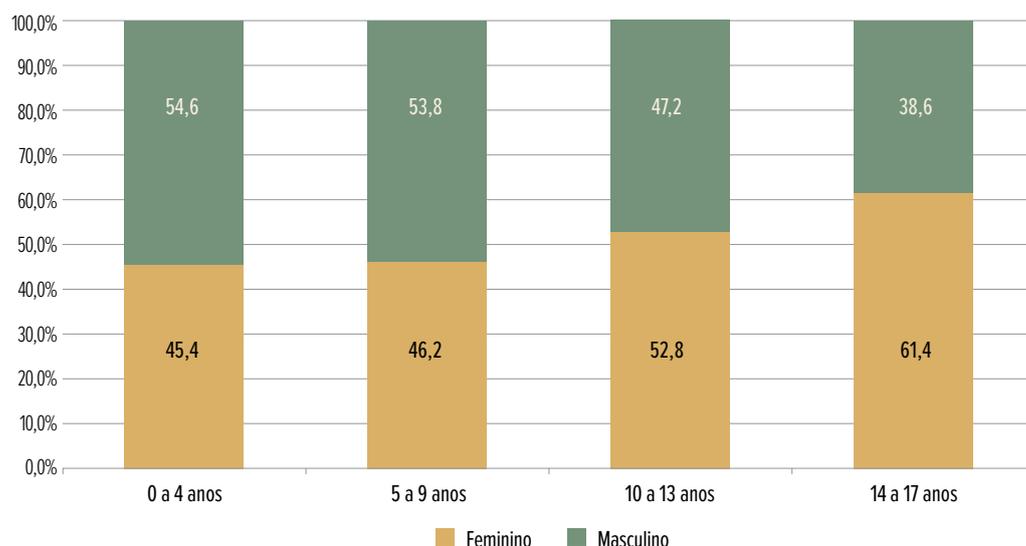


Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em relação ao sexo das vítimas, os dados de perfil dos registros de maus-tratos de 2022 confirmam o que já havíamos destacado no Anuário 16⁹. Nas faixas etárias de 0 a 4 anos e 5 a 9 anos, a maior parte das vítimas é do sexo masculino. A partir dos dez anos, esse perfil se inverte e as vítimas do sexo feminino passam a ser maioria. De modo geral, portanto, têm-se que meninos são mais vitimados logo nos primeiros anos de vida, enquanto as meninas são mais atingidas quando adolescentes. Possivelmente, esse aumento se relaciona com o aumento de crimes sexuais com vítimas dessas faixas etárias.

GRÁFICO 49

Crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos por faixa etária e e sexo (em %) Brasil, 2022



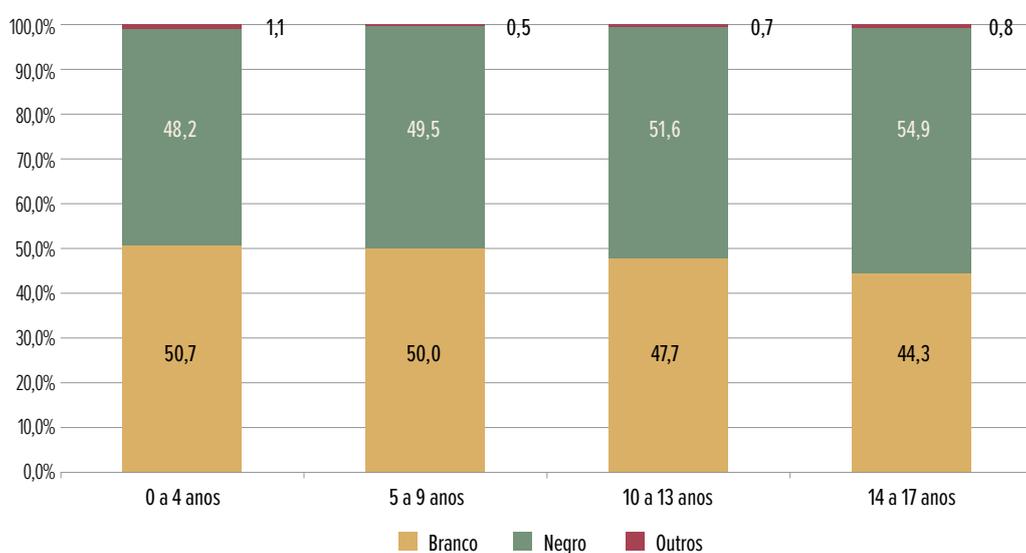
Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

⁹ <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/13-anuario-2022-maus-tratos-entre-criancas-e-adolescentes-perfil-ine-dito-das-vitimas-e-circunstancias-desse-crime-no-brasil.pdf>

As vítimas de maus-tratos também mudam de perfil racial à medida que muda o perfil etário. Como se pode verificar no gráfico, há uma mudança gradual, em que a desigualdade racial é quase inexistente nas faixas de 0 a 4 anos e 5 a 9 anos. Aos poucos, ocorre uma transição para um perfil cuja maior parte das vítimas é negra, especialmente na faixa de 14 a 17 anos em que 54,9% das vítimas são pretas ou pardas. Destaca-se que, considerando todas as faixas etárias, em 2022, 50,6% das vítimas são de raça/cor negra, enquanto em 2021 esse valor foi bem mais baixo, em torno de 40%.

GRÁFICO 50

Crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos por faixa etária e raça/cor (em %) Brasil, 2022



Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

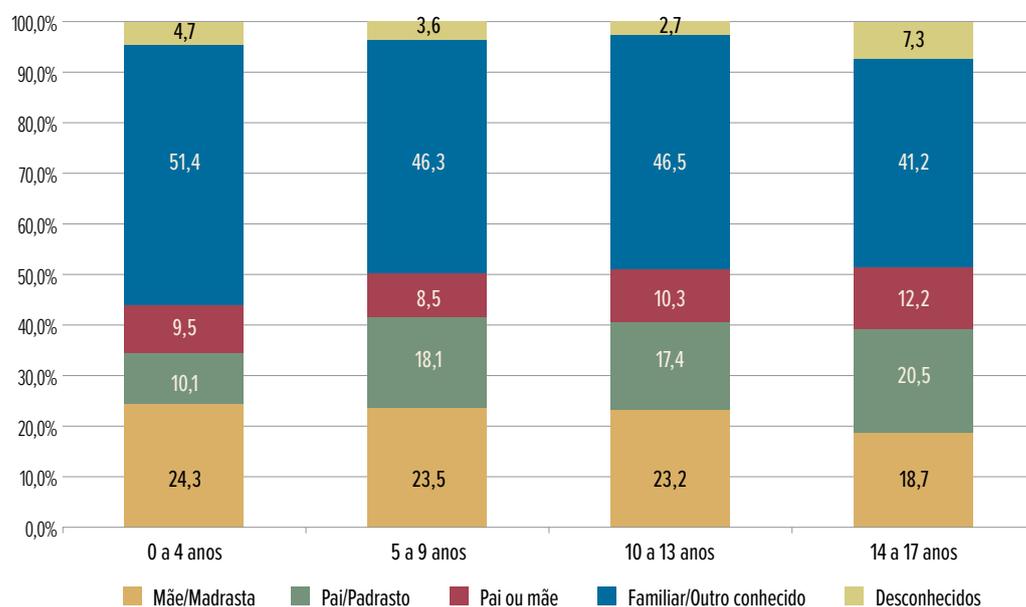
Por fim, vale à pena notar que a maior parte dos agressores são conhecidos das vítimas (em todas as faixas etárias o percentual é maior que 90%). Porém, quando as vítimas estão na faixa de 0 a 4 anos, a fração de agressores Familiares/Conhecidos e de Mães/Madrastas é maior se comparado às outras faixas etárias. A partir dos 5 anos, cresce o percentual de pais e padrastos como agressores e, a partir dos 14 anos, também aumenta o percentual de desconhecidos como agressores.

É possível que essa mudança no perfil dos autores esteja relacionada com a distribuição percentual do sexo das vítimas. Assim, desenha-se um fenômeno em que mães e figuras femininas parecem ser as principais autoras de maus-tratos contra seus filhos meninos durante a primeira infância, enquanto pais e figuras masculinas, bem como pessoas fora do círculo de convivência, representam os principais agressores das meninas nas faixas mais altas, durante a adolescência.

GRÁFICO 51

Relação entre autor e vítima de crimes de maus-tratos contra crianças e adolescentes por faixa etária da vítima

Brasil, 2022



Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

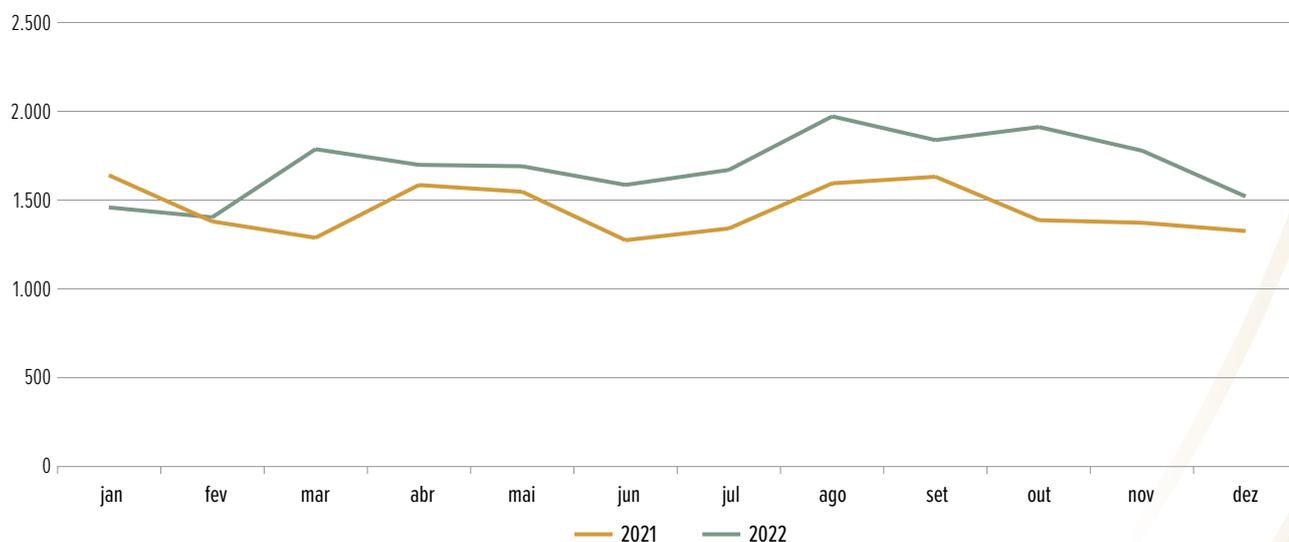
É importante frisar, contudo, que essa a relação entre autor e vítima é uma variável não padronizada nos boletins de ocorrência, o que torna a qualidade da informação mais frágil e com potenciais imprecisões. Ou seja, as categorias de “pai ou mãe” e de “familiar/outro conhecido” podem, por exemplo, ter registros que poderiam estar nas categorias “mãe/madrasta” ou “pai/padrasto” se houvesse padronização nacional.

Vale recordar que os dados de maus-tratos vêm sendo compilados desde o período da pandemia de COVID-19. Desde então, o padrão de queda dos registros nos períodos de férias escolares tem se confirmado, evidenciando que não se trata de uma especificidade do período de isolamento social e indicando que, possivelmente, a rede escolar é protagonista na percepção e denúncia de casos de maus-tratos contra o público mais jovem. A queda de registros nos meses que as crianças não estão na escola, portanto, reafirmam a importância dos profissionais da educação na realização de denúncias e do setor educacional como um todo, como parte fundamental da rede protetiva às crianças.

O padrão de queda dos registros nos períodos de férias escolares tem se confirmado, evidenciando que não se trata de uma especificidade do período de isolamento social e indicando que, possivelmente, a rede escolar é protagonista na percepção e denúncia de casos de maus-tratos contra o público mais jovem.

GRÁFICO 52

Crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos por mês da ocorrência do fato
Brasil, 2021-2022



Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Por fim, em relação aos registros de lesão corporal em contexto de violência doméstica (art. 129, §9º do Código Penal), a tendência verificada em 2022 também foi de aumento dos casos. Entre todas as crianças e adolescentes, a variação foi de 3,5% do número absoluto, totalizando 15.370 casos no último ano e uma taxa de 40,8 por 100 mil habitantes desta faixa etária. Nota-se que esse total não inclui registros dos crimes no Rio Grande do Sul e em São Paulo, de modo que ainda se trata de um valor subestimado. Na comparação entre as UF's, chama atenção a altíssima incidência dos registros nos estados do Mato Grosso (taxa de 210,6) e Tocantins (132,6). Em termos de distribuição etária, os dados confirmam o cenário já identificado anteriormente de que são os e, principalmente, as adolescentes entre 14 e 17 anos as principais vítimas. Nessa faixa, a taxa nacional chega a 98,1 registros por grupo de 100 mil habitantes.

AS MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS ENTRE OS MAIS JOVENS

Ano após ano, infelizmente, os dados confirmam que o Brasil vive um cenário dramático da violência letal entre adolescentes e jovens. A boa notícia é que, em 2022, o número de mortes violentas intencionais no geral caiu no país em relação ao ano anterior. Entre as vítimas de 0 a 17 anos não foi diferente, com uma diminuição de 2,6% dos números absolutos. No entanto, o número de assassinatos de crianças e adolescentes segue sendo um problema grave, somando quase 2.489 mortes no ano, mantendo um patamar de quase sete casos por dia.

A maior parte dos crimes letais contra crianças e adolescentes foi de homicídio doloso. No entanto, chama a atenção a proporção de feminicídios entre as vítimas de 0 a 11 anos.

Enquanto a fração de feminicídios com vítimas de 12 a 17 anos significa 2,2% do total de mortes violentas, na faixa de 0 a 11 anos, esse percentual é de 11,4% (totalizando 24 casos). Dentre as vítimas de 12 a 17, por outro lado, destaca-se a quantidade de mortes decorrentes de intervenção policial: foram 358 vítimas em 2022, enquanto em 2021 haviam sido registrados 306 casos. Ou seja, houve um aumento de 17% de um ano para o outro, razão pela qual, em 2022, as mortes por policiais foram responsáveis por 15,7% do total de crimes letais entre adolescentes.

QUADRO 07

Síntese dos dados de mortes violentas intencionais com vítimas crianças e adolescentes
Brasil, 2022

Tipo de crime	VIOLÊNCIA LETAL			
	0 a 11 anos	12 a 17 anos	0 a 17 anos	
	Ns. absolutos	Ns. absolutos	Ns. absolutos	Taxa ⁽¹⁾
Mortes Violentas Intencionais	211	2.278	2.489	5,0
Homicídio doloso	179	1.832	2.011	4,0
Feminicídio	24	51	75	0,2
Latrocínio	1	19	20	0,0
Lesão corporal seguida de morte	4	18	22	0,0
Morte decorrente de intervenção policial	3	358	361	0,7

Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

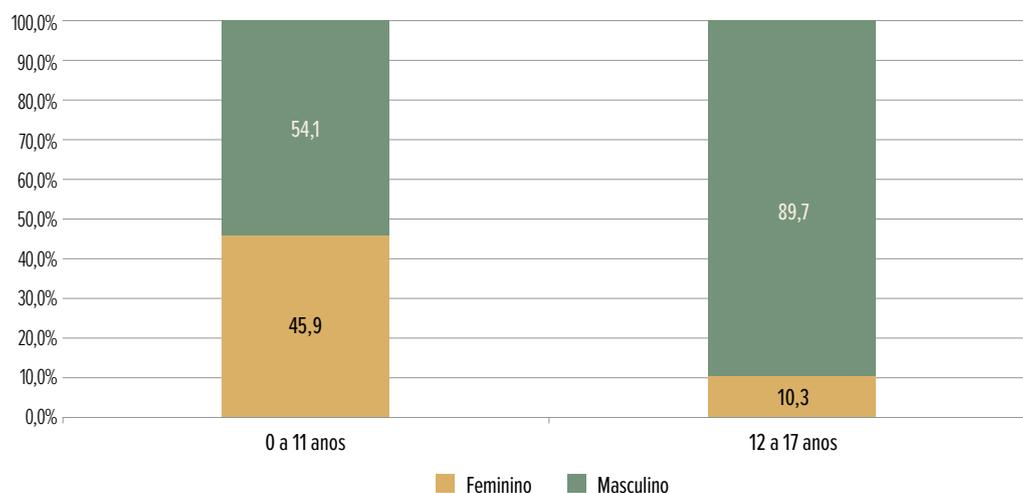
(1) Taxa por 100 mil habitantes na faixa etária específica.

O perfil das vítimas das mortes violentas intencionais sofre uma alteração significativa a depender do perfil etário. Dentre as vítimas de 0 a 11 anos, 45,9% são do sexo feminino e 54,1% do sexo masculino, enquanto dentre as vítimas de 12 a 17 anos, 89,7% das vítimas são do sexo masculino e apenas 10,3%, do sexo feminino. O gênero como um fator de risco para os meninos, portanto, só se impõe entre os adolescentes, quando as mortes ocorrem prioritariamente como consequência da violência urbana. Nos casos de violência letal entre as crianças – decorrentes sobretudo da violência doméstica e intrafamiliar – as vítimas são distribuídas sem discrepâncias tão evidentes entre meninos e meninas, embora a porção maior das vítimas esteja entre crianças do sexo feminino.

Dentre as vítimas de 12 a 17, por outro lado, destaca-se a quantidade de mortes decorrentes de intervenção policial: foram 358 vítimas em 2022, enquanto em 2021 haviam sido registrados 306 casos.

GRÁFICO 53

Crianças e adolescentes vítimas de MVI por faixa etária e sexo (em %) Brasil, 2022

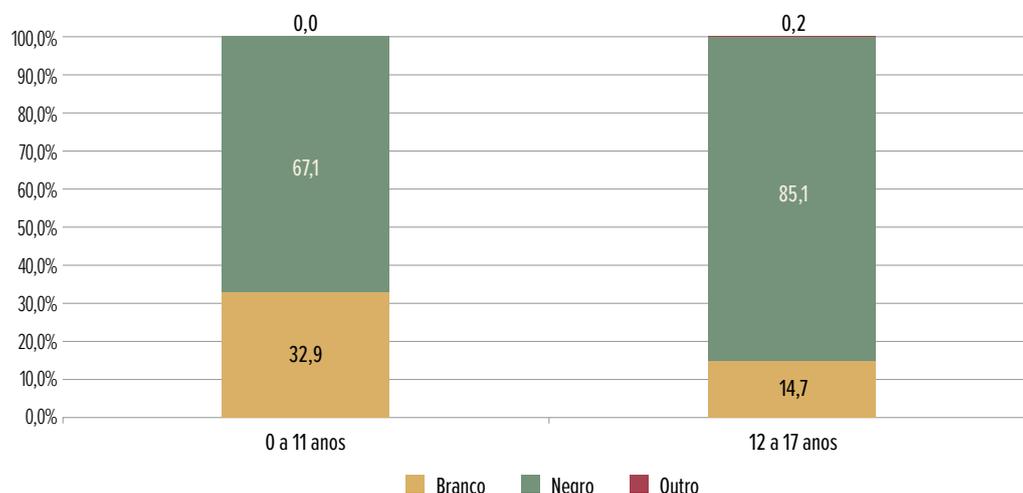


Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O perfil racial também sofre drástica alteração a depender da faixa etária. Enquanto 67,1% das vítimas de 0 a 11 anos são negras, esse percentual sobe para 85,1% na faixa etária de 12 a 17 anos, evidenciando que a desigualdade racial é parte estruturante da problemática das mortes violentas no país e que se acentua na medida em que os anos passam na vida do sujeito. Assim como foi possível observar entre as vítimas de maus-tratos, também nos crimes letais o racismo vai se consolidando como fator que atua no incremento do risco de se tornar vítima de violência na medida em que as crianças vão ficando mais velhas. Entre os adolescentes, a distinção é absolutamente evidente e implica que 8 em cada 10 mortes violentas de adolescentes vitimem negros no país.

GRÁFICO 54

Crianças e adolescentes vítimas de MVI por faixa etária e raça/cor (em %) Brasil, 2022

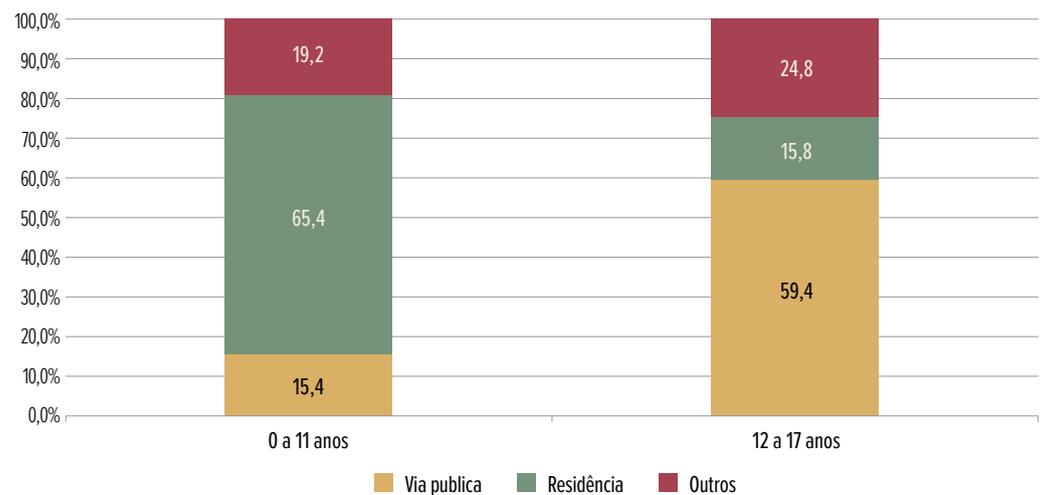


Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em termos de local da ocorrência do crime, entre as crianças, o percentual de fatos dentro das residências é de 65,4% e, na via pública, de 15,4%. Esses percentuais se invertem quando as vítimas possuem entre 12 e 17 anos, de modo que os fatos ocorridos nas vias públicas sobem para 59,4% do total e aqueles perpetrados dentro das residências caem para 15,8%.

GRÁFICO 55

Crianças e adolescentes vítimas de MVI por faixa etária e local do crime (em %)
Brasil, 2022



Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

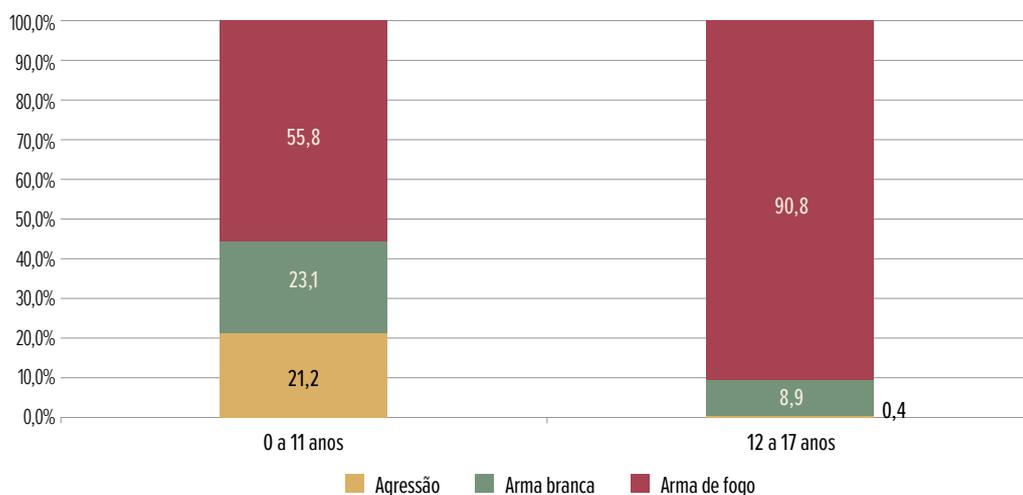
Em ambas as faixas etárias, as armas de fogo são os principais instrumentos do crime. No entanto, quando as vítimas possuem de 0 a 11 anos, mais de 40% dos crimes são cometidos com armas branca ou por meio de agressão. Esses dados explicitam como a violência doméstica explica parte importante das mortes de 0 a 11 anos, enquanto a violência urbana é o que está por trás das mortes entre aqueles que possuem de 12 a 17 anos.

Vale notar, contudo, que, entre 2021 e 2022, aumentou o percentual de crianças mortas por arma de fogo, passando de 50% para 55,8%, enquanto houve diminuição das mortes ocorridas por armas branca, dando indícios de que o aumento da circulação de armas de fogo nos últimos anos no país pode ter impactado nesse cenário.

Em ambas as faixas etárias, as armas de fogo são os principais instrumentos do crime. No entanto, quando as vítimas possuem de 0 a 11 anos, mais de 40% dos crimes são cometidos com armas branca ou por meio de agressão.

GRÁFICO 56

Crianças e adolescentes vítimas de MVI por faixa etária tipo de instrumento do crime (em %) Brasil, 2022



Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

GARANTIR O FUTURO PROTEGENDO AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES NO PRESENTE

Os dados aqui apresentados deixam evidente que a violência atinge crianças e adolescentes das mais diferentes formas. Enquanto o estupro no Brasil é um crime essencialmente cometido contra crianças e meninas, já que mais de 60% das vítimas possuem menos de 14 anos e mais de 80% são do sexo feminino, as mortes violentas atingem principalmente adolescentes do sexo masculino. Outra forma comum de violência contra crianças é a negligência e o abandono. Esse tipo de violência está fortemente relacionado a diferentes formas de vulnerabilidade social, como pobreza e abuso de entorpecentes, por exemplo. A pornografia infanto-juvenil e a exploração sexual infantil possuem uma lógica mercadológica relacionada à vulnerabilidade social. Maus-tratos é uma forma de violência, majoritariamente doméstica e intrafamiliar, que pode ser tanto uma prática corriqueiramente violenta, como uma conduta equivocada proveniente das dificuldades da parentalidade.

Em todos esses casos, entendemos que a estatística aqui apresentada representam apenas os casos mais graves dessas modalidades criminais, ou sejam, são apenas a fração de fatos que chegam à polícia. No caso da violência física ocorrida no ambiente doméstico, por exemplo, a literatura é consensual no sentido de que apenas os casos mais graves são notificados¹⁰, seja pelos equipamentos de saúde ou nas delegacias de polícia.

Em todos esses casos, entendemos que a estatística aqui apresentada representam apenas os casos mais graves dessas modalidades criminais, ou sejam, são apenas a fração de fatos que chegam à polícia.

¹⁰ RIBA, Aline C.; ZIONI, Fabiola. O corpo da criança como receptáculo da violência física: análise dos dados epidemiológicos do Viva/ Sinan. Saúde debate, v. 46, n. 5, 2022.

Uma violência na infância é uma marca que afetará toda a vida do sujeito, podendo implicar na reprodução violenta, no afastamento familiar, na vivência em meio à ansiedade e depressão, dentro muitas outras consequências possíveis.

Cada um desses tipos de violência tem especificidades que precisam ser compreendidas para que as políticas públicas para prevenção a serem adotadas sejam adequadas às características do crime. Assim, é fundamental que saibamos onde as violências ocorrem, quem são os perpetradores, quais as características das vítimas, etc. para que as estratégias desenhadas foquem nos locais certos e tenham como alvo os públicos mais afetados por cada tipo de violência.

Apesar de ser clara a necessidade de estatísticas detalhadas, para alguns tipos de violência que acometem crianças no Brasil, os dados seguem sendo frágeis. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública levanta dados sobre maus-tratos, abandono de incapaz, abandono material, pornografia infanto-juvenil e exploração sexual infantil há apenas dois anos, razão pela qual ainda não é possível ter uma longa série histórica desses tipos penais. No entanto, o que mais chama a atenção é como o registro de parte desses crimes ainda é residual nas delegacias brasileiras, seja porque a sociedade naturaliza a violência contra os mais jovens e se exime de denunciar quando presencia alguns desses fatos, seja porque as polícias ainda não possuem equipamentos próprios para a investigação e combate a este tipo de criminalidade.

Como dito no início desse texto, o ano de 2022 foi um ano ainda mais violento para crianças e adolescentes brasileiras. Apesar de as mortes violentas terem apresentado uma sutil redução, todos os outros crimes apresentaram aumento de casos no último ano. O aumento significativo dos estupros, maus-tratos, abandono de incapaz e lesão corporal em contexto de violência doméstica demonstra o ambiente hostil que o Brasil ainda é para as crianças. Uma violência na infância é uma marca que afetará toda a vida do sujeito, podendo implicar na reprodução violenta, no afastamento familiar, na vivência em meio à ansiedade e depressão, dentro muitas outras consequências possíveis.

Da mesma forma como Estado e sociedade têm-se unido em prol de uma luta contra a violência contra as mulheres – implicando no aumento de mecanismos de proteção, no aprofundamento de pesquisas e de debate público sobre o tema – também a violência contra as crianças e os adolescentes precisa ser eleita como fenômeno a ser combatido por todos. Não é mais justificável bater, castigar ou punir para educar. É urgente que as estratégias de enfrentamento dessas violências sejam ampliadas e aprofundadas no Brasil, assim como define o artigo 227 da Constituição: as crianças devem ser prioridade absoluta.

Violência sexual infantil: aumentaram os casos ou as denúncias?

É o segundo ano seguido que escrevo sobre os dados de violência sexual contra crianças e adolescentes para o Anuário Brasileiro de Segurança Pública e acho uma grande responsabilidade. O enorme esforço feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública para o levantamento desses dados tem um objetivo, que é traduzi-los de forma inteligente a fim de ajudar na construção de políticas públicas. Muitas vezes, olhando o cenário que se apresenta, o que podemos construir são hipóteses. Por exemplo, houve aumento do registro de todas as violências sexuais contra crianças e adolescentes. Este crescimento representa um aumento real do número de casos ou um aumento das denúncias? Se apostarmos na primeira hipótese, teremos que lamentar, já na segunda, há o que comemorar. Nunca teremos certeza, mas vamos olhar e refletir caso a caso.

Começamos pelo campeão de registros de violência sexual, os estupros. Foram 73.024 mil casos, dos quais 56.820 de estupro de vulnerável. O que caracteriza o estupro de vulnerável é a idade da vítima, menor de 14 anos, ou ter ela alguma enfermidade ou deficiência mental que a impeça de consentir ou, ainda, esteja temporariamente, por qualquer razão, impedida de dar um consentimento consciente. Nos interessa para a presente análise a primeira situação, de violência presumida em razão da idade. Do total de registros de estupro de vulnerável, a vítima tinha até 13 anos em 40.659 dos casos. Este número representa 61,4% de todos os estupros registrados em 2022, o que, por si só, já é extremamente preocupante. Esta preocupação fica ainda maior quando olhamos o quadro de prevalência dos estupros por idade e verificamos uma curva ascendente até chegar ao pico, de vítimas com 13 anos, e depois uma curva descendente que ainda tem alguma expressão até os 17 anos. Daí para frente, os números são bem menores. Nunca é demais lembrar, a maioria das vítimas de estupro no Brasil não é mulher, é menina e a maioria, tem entre 10 e 13 anos.

Não podemos esquecer que meninos também sofrem estupro e hoje representam 14% dos casos, sendo que 43,4% deles tem entre 5 e 9 anos de idade.

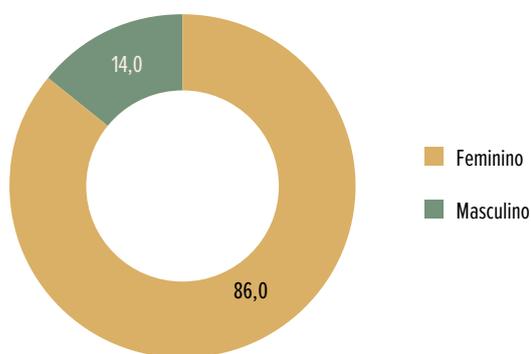
Luciana Temer

Advogada, professora de Direito na PUCSP e Presidente do Instituto Liberta.

Do total de registros de estupro de vulnerável, a vítima tinha até 13 anos em 61,4% dos casos.

GRÁFICO 57

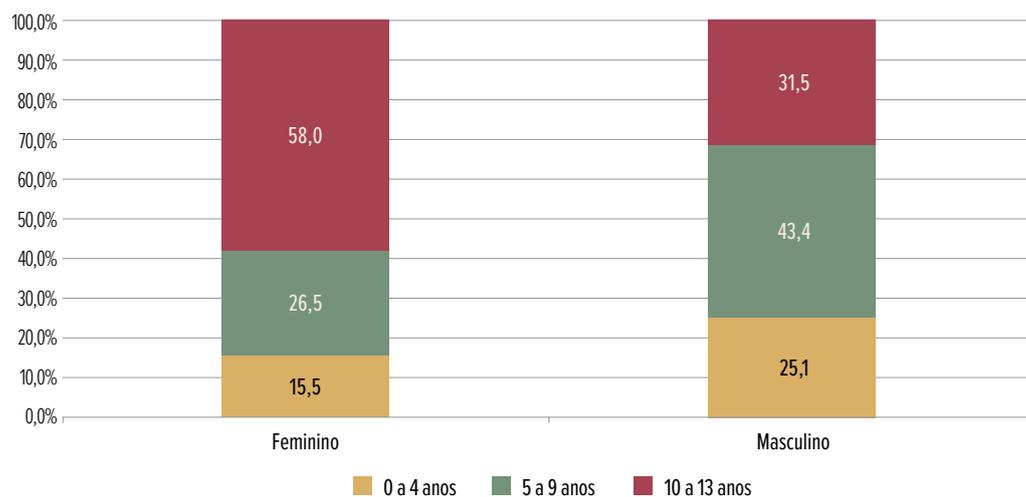
Sexo das vítimas de estupro de vulnerável (até 13 anos)
Brasil, 2022



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

GRÁFICO 58

Faixa etária das crianças e adolescentes vítimas de estupro de vulnerável (até 13 anos), por sexo
Brasil, 2022

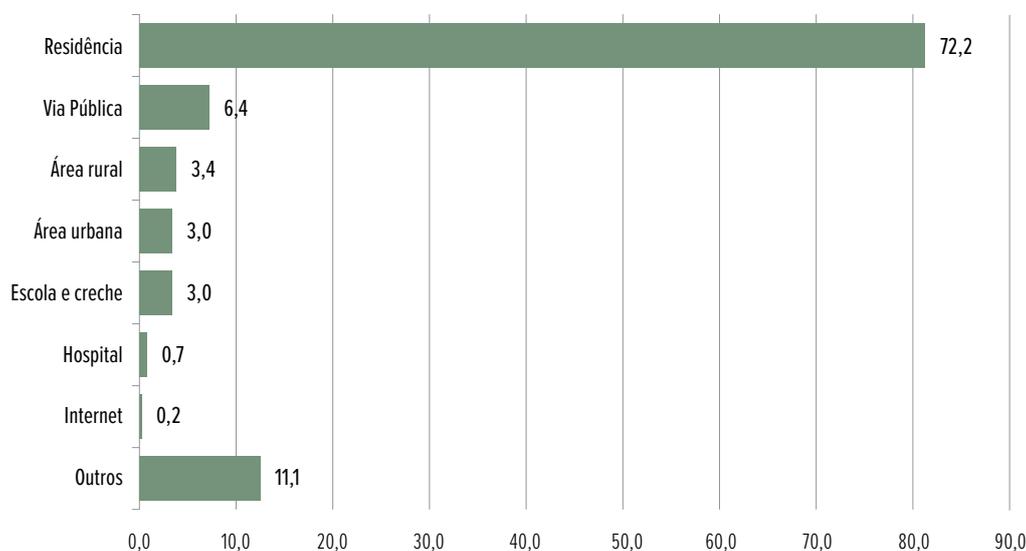


Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A maioria das vítimas de estupro no Brasil não é mulher, é menina.

GRÁFICO 59

Estupro de vulnerável (até 13 anos), por tipo de local da agressão
Brasil, 2022



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A residência continua sendo o local mais perigoso, onde 72,2% dos casos ocorrem. O local do crime é facilmente compreendido quando se sabe que, em 71,5% das vezes, o estupro é cometido por um familiar. Sim, dos estupros registrados com autoria, 44,4% foram cometidos por pais ou padrastos; 7,4% por avós; 7,7% por tios; 3,8% por primos; 3,4% por irmãos; e 4,8% por outros familiares. Importante registrar que 1,8% dos casos apontam a mãe ou madrasta como autora da violência. Eu apostaria que em boa parte desses registros a mãe é parceira do companheiro no estupro, mas não temos este dado.

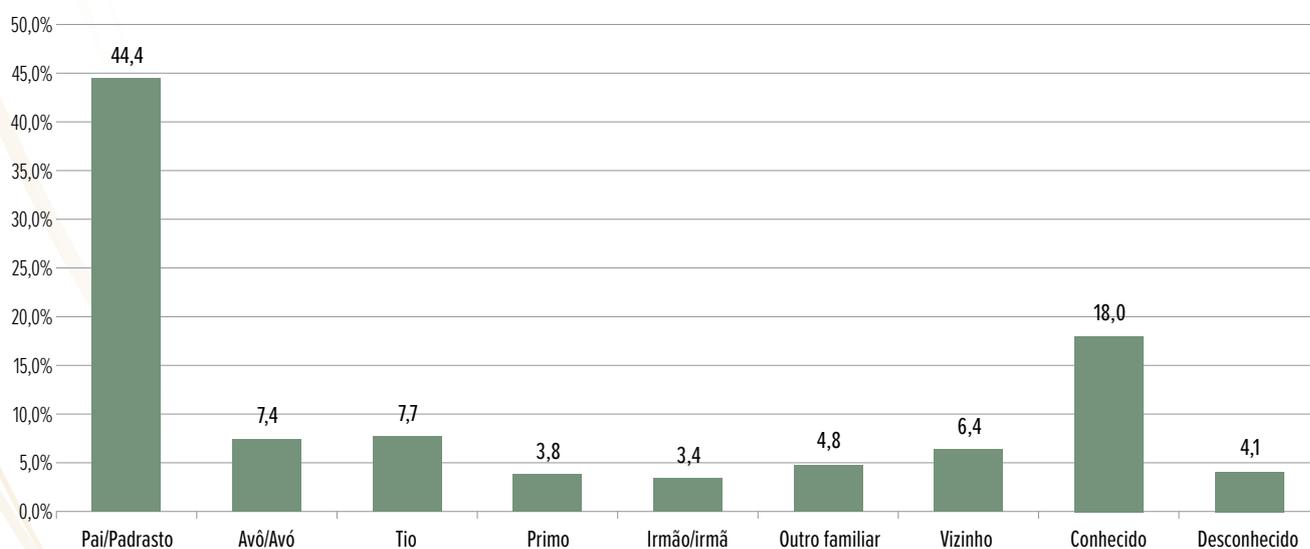
Um dado novo que chama a atenção é que 6,7% dos registros apontam vizinhos como autores da violência e há 29 registros contra professores. Sim, professores também são autores de violência sexual, mas é sempre preciso lembrar que numa proporção infinitamente menor do que os familiares.

A residência continua sendo o local mais perigoso, onde 72,2% dos casos ocorrem. Em 71,5% das vezes, o estupro é cometido por um familiar.

GRÁFICO 60

Relação entre vítima e autor, estupro de vulnerável com registro de autoria (até 13 anos)

Brasil, 2022



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Vale destacar que, em 7,8% dos casos de estupro de vulnerável envolvendo meninas de até 13 anos, o crime foi atribuído no registro policial a “companheiro” ou “ex-companheiro”. Apesar de absurdo, isso é até compreensível em um país que está em 4º lugar no mundo no ranking de casamento infantil e tem índices inaceitáveis de gravidez precoce. De acordo com dados do Ministério da Saúde, são mais de 19 mil nascidos vivos por ano de mães com idade entre 10 a 14 anos.¹ Dados coletados pela Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos do Paraná e divulgados em 2021 pelo Portal Catarinas mostra que entre 2010 e 2019, 252.786 meninas de até 14 anos deram à luz no Brasil, ou seja, um parto a cada 20 minutos.² Pesquisa realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo e Ministério da Saúde mostrou que, de janeiro a agosto de 2022, foram registrados 148 partos de mães com até 14 anos no estado.³ Nunca é demais lembrar que qualquer menina que dá a luz até os 14 anos foi estuprada.

Em relação a cor/raça das vítimas, acho que este ano os dados estão mais próximos da realidade. Em 2021 o dado era o seguinte: 49,7% das vítimas eram meninas brancas, seguido de 49,4% negras, 0,5% amarelas e 0,4% indígenas. No meu artigo anterior, questionei este fato, já que mulheres negras são as principais vítimas de violência doméstica e feminicídio. Sempre me pareceu que estávamos diante de uma maior subnotificação no caso de meninas negras. Em 2022 o quadro que me parece mais realista tem 56,8% de

¹ Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/apesar-da-redu%C3%A7%C3%A3o-dos-%C3%ADndices-de-gravidez-na-adolesc%C3%Aancia-brasil-tem-cerca-de-19-mil>. Consultado em 18 de julho 2023.

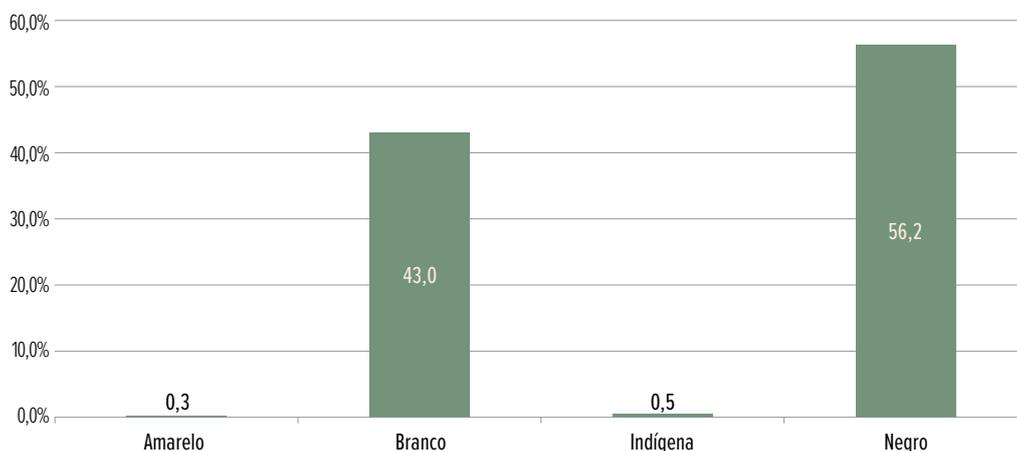
² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/famil-chade/2023/07/05/a-cada-20-minutos-uma-crianca-da-a-luz-a-uma-crianca-no-brasil.htm>. Consultado em 18 de julho 2023.

³ Disponível em: <https://eshoje.com.br/2023/02/a-cada-36-horas-uma-menina-da-a-luz-no-es/>. Consultado em 18 de julho 2023.

vítimas negras e 42,3% brancas, 0,5% indígenas e 0,4% amarelas. Nas minhas suposições otimistas, talvez meninas negras estejam ficando mais fortalecidas para denunciarem.

GRÁFICO 61

Raça/cor das crianças e adolescentes vítimas de estupro de vulnerável (até 13 anos)
Brasil, 2022



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Pensando na construção de políticas públicas eficazes para o enfrentamento do estupro contra crianças e adolescentes também é interessante observar que o horário do crime, em 65% dos casos que envolvem menores de 13 anos, ocorre das 6h às 18h, enquanto nos que envolvem maiores de 14 anos, 53,3% ocorreram entre 18h e 6h. Há claramente a prevalência de estupros diurnos no caso de menores de 13 anos e noturnos nos de maiores de 14 anos. Mas chamo a atenção para o fato de que, como a maioria dos estupros ocorre até os 17 anos, logo, imagino que se fizéssemos, dentre as ocorrências de maiores de 14 anos, um recorte com adolescentes de até 16 anos, a prevalência ainda seja diurna, e teria características mais próximas do chamado estupro de vulnerável.

Analisando os registros de cada um dos estados do Brasil, vemos que quatro dos nove estados amazônicos têm os mais altos índices de estupro de vulnerável por 100 mil habitantes. São eles Roraima (87,1), Amapá (64,5), Tocantins (56,2) e Acre (67,1), sendo que o último teve um aumento de 22,3% no número de registros de 2021 para 2022. O único que não integra a Amazônia legal é o Mato Grosso do Sul, que aliás, já estava com registros muito altos em todas as violências sexuais infantis em 2021. Mas aqui, de novo, o otimismo impera. Apesar de alto, Mato Grosso do Sul reduziu em 4,7% seu índice anterior. A taxa de estupro de vulnerável no estado era de 67,2 e agora é de 64 por 100 mil habitantes.

Nas minhas suposições otimistas, talvez meninas negras estejam ficando mais fortalecidas para denunciarem.

Há estados que não estão entre os piores índices, mas que devem acender um alerta porque de 2021 para 2022 tiveram uma variação para pior. São eles, Amazonas (50,8%); Pará (24,6%); Rio Grande do Norte (25,9%) e Rondônia (22,4%).

Já os estados do Ceará e Paraíba, assim como Mato Grosso do Sul, reduziram o número de registro de estupro de vulnerável em relação a 2021, em 4,5% e 5,9%, respectivamente.

Apesar de pensarmos imediatamente em estupro de vulnerável quando falamos em violência sexual infantil, os dados sobre estupro que não envolve presunção de violência nos interessam muito, já que 44% dos registros são de vítimas de até 17 anos, portanto, adolescentes. Agora não se fala mais de violência presumida, mas violência ou grave ameaça efetivas. Cinco estados tiveram uma redução no número de registros deste crime: Amapá (-15%), Mato Grosso (-2,1%), Rio Grande do Sul (-2,8%); Santa Catarina (-1,6%) e o Distrito Federal (-2,5%).

Minas Gerais conseguiu reduzir a taxa de estupro em 10,2% e de estupro de vulnerável em 7,8%. Ou eles estão com problemas no registro de ocorrências, ou precisamos entender o que Minas está fazendo de muito certo no enfrentamento desta violência e aprender com eles.

Observação importante é que hoje já se admite o chamado estupro virtual, no qual não há sequer contato físico entre vítima e autor, porque a coação se dá por uma tela de computador. Talvez tenhamos que começar a pensar em identificar também, nos próximos anos, quando se trata de estupro virtual.

Com a mudança da legislação em 2009, qualquer ato libidinoso passou a configurar estupro. Alguns juízes e tribunais, no entanto, ainda têm dificuldade para assimilar isso e acabam por condenar pelo crime de importunação sexual, ou mesmo por tentativa de estupro, cujas penas são bem menores.

Uma última especulação sobre o tamanho real desse crime no país envolve dois outros registros: de tentativas de estupro e de estupro de vulnerável, 4.639 ocorrências, e de importunação sexual, 27.530. Vale a pena um reflexão a respeito desses números, afinal, com a mudança da legislação em 2009, qualquer ato libidinoso passou a configurar estupro. Alguns juízes e tribunais, no entanto, tiveram e ainda têm dificuldade para assimilar isso e, por considerarem que a conduta do agente não teve gravidade tal a justificar uma condenação por estupro, acabam por condenar pelo crime de importunação sexual, ou mesmo por tentativa de estupro, cujas penas são bem menores. Essas decisões têm sido reformadas pelo Superior Tribunal de Justiça que, em relação ao estupro de vulnerável, editou a Súmula 593 : *O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou*

prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.

Chamamos a atenção para este fato porque isso seguramente pode também estar ocorrendo nos registros policiais, mascarando um aumento ainda maior no número de estupros.

Vamos agora falar dos dados sobre exploração sexual, o crime com menor número de registros. A Polícia Rodoviária Federal em maio deste ano divulgou, juntamente com a Childhood, pelo Projeto Mapear, a identificação de mais de 9.745 pontos vulneráveis a exploração sexual infantil ao longo das rodovias federais. Isto só ao longo das rodovias federais, sem falar nas estaduais, praias, centros urbanos, rotas fluviais e locais de grandes obras. Como podemos explicar que haja apenas 889 registros no Brasil inteiro?

A maioria das vítimas tem entre 13 e 17 anos e, como sabemos, na quase totalidade são meninas de alta vulnerabilidade social. A permissividade da nossa sociedade em relação a possibilidade de relações sexuais com “novinhas” talvez explique o tamanho dessa invisibilidade.

Quando olhamos para os estados individualmente, os que têm as taxas mais elevadas de ocorrência por 100 mil habitantes são, de novo, dois estados amazônicos: Amapá(3,0) e Roraima (8,3); e de novo o Mato Grosso do Sul (6,6).

Treze estados apresentaram menos registros de casos em 2021 do que em 2022, acarretando uma variação percentual de até 100%, como o Distrito Federal, que em 2021 havia registrado 1 caso e em 2022, nenhum! Quando se olha para o levantamento da Polícia Rodoviária Federal e para a realidade que se vê nas ruas, fica claro o problema que temos com o registro de exploração sexual no Brasil!

Mas vamos reconhecer o trabalho de alguns estados que aumentaram o número de registros. Os maiores percentuais de aumento estão na Paraíba, que passou de 2 para 14 (600%); no Paraná, de 10 para 72 (620%) e no Tocantins, de 1 para 4 ocorrências (300%). Considerando a dificuldade da temática, qualquer melhora nos registros deve ser comemorada.

Por fim, as violências sexuais contra crianças e adolescentes que estão em maior evidência no momento, aquelas previstas nos artigos 240, 241, 241-A e 241-B do Estatuto da Criança e Adolescente e que dizem respeito a pornografia. Importante registrar que quando o artigo 218-C do Código Penal prevê o crime de divulgação de estupro ou cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou pornografia, o tipo penal refere-se às pessoas com alguma deficiência que impeça o consentimento ou pessoas que estão, por alguma razão, temporariamente impossibilitadas de consentir. Crianças e adolescentes estão fora desta previsão legal, porque são protegidas destas ações pelos crimes previstos no ECA, cujas penas, inclusive, são maiores.

A maioria das vítimas tem entre 10 e 14 anos, mas a incidência também é alta entre 15 e 17 anos. Não temos informação sobre o sexo da vítima, nem da autoria do crime, o que seria muito interessante, para ver se essa violência segue o padrão das outras violências. Em relação ao sexo da vítima, apostaria que sim, em relação à autoria, que não.

A Polícia Rodoviária Federal identificou mais de 9.745 pontos vulneráveis a exploração sexual infantil ao longo das rodovias brasileiras.

**Forças policiais no mundo
todo estão preocupadas
e empenhadas em
desbaratar redes de
exploração e exposição
sexual de crianças e
adolescentes na internet.**

No Anuário de 2022 chamamos atenção para o fato de que o Estado do Espírito Santo não apresentou os dados desta violência porque essa categoria não existia no sistema eletrônico que reúne os Boletins de Ocorrência. Infelizmente a situação parece se manter, já que o estado novamente não forneceu os dados para o Anuário de 2023. E o Estado de Rondônia, que havia informado sobre este crime em 2021, não informou em 2022.

Em números absolutos, em 2022, foram registrados 1.630 casos no Brasil, um crescimento pequeno frente aos 1.523 de 2021. Sabemos que com a realidade virtual cada vez mais presente, com a pandemia da Covid em 2020 e, como consequência, a maior permanência de crianças e adolescentes em frente às telas de computadores, tablets e celulares, esse crime cresceu muito. Essa não é uma simples percepção nossa, forças policiais no mundo todo estão preocupadas e empenhadas em desbaratar redes de exploração e exposição sexual de crianças e adolescentes na internet.

Não temos o perfil socioeconômico das vítimas, um dado que não é preocupação nas ocorrências policiais de nenhum crime, mas que seria muito útil.

Sabe-se que cada vez mais meninas e meninos das classes sociais economicamente mais favorecidas têm sido vítimas do chamado crime de extorsão sexual (*sextortion*), que consiste na exigência, sob ameaça, da prática de atos libidinosos em ambiente virtual, sendo que muitas vezes esse material é vendido ou simplesmente divulgado. Quando para atender ao prazer do criminoso, esta ação tem sido tipificada como estupro, o chamado estupro virtual ao qual nos referimos.

Também o crime de perseguição (*stalking*), cresceu barbaramente de 2021 para 2022, passando de 30.783 para 53.918 casos. A maioria das vítimas é do sexo feminino e, com certeza, muitas são menores de idade.

Voltando para o questionamento inicial, sobre se o aumento de registros em todos os crimes sexuais contra crianças e adolescentes representa um aumento real de casos ou um aumento denúncias, nunca poderemos responder com certeza, mas vou arriscar um palpite: acho que no caso dos crimes mais “tradicionais” como o estupro de vulnerável e a exploração sexual, independente dos crimes terem aumentado ou não, vejo o aumento de registros como uma boa notícia. Se levarmos em conta a Pesquisa feita pelo Datafolha a pedido do Instituto Liberta em 2022, que mostrou que 32% dos entrevistados sofreram alguma violência sexual antes dos 18 anos e que só 11% denunciaram, teremos certeza de que há muito mais casos a serem denunciados e que qualquer crescimento de até 89% seria simplesmente o retrato mais próximo da realidade.

Em relação aos crimes virtuais, sem dúvida estes têm crescido em número de casos. Independente disso, tenho certeza de que a subnotificação ainda é muito grande e que, aqui

também, o aumento de registros é bem-vindo. Só tirando estes crimes da invisibilidade é que poderemos de fato enfrentá-los.

Por fim, uma última observação em relação aos estados amazônicos. Dos nove estados que compõem a Amazônia legal, quatro deles estão entre os que tem mais registros de estupro de vulnerável e dois deles, de exploração sexual. Especialmente neste momento, em que o mundo todo está olhando para a Amazônia, é preciso reafirmar que não há desenvolvimento sem sustentabilidade, mas não há sustentabilidade possível sem proteção à infância e adolescência.

**Só tirando estes crimes da invisibilidade é que
poderemos de fato enfrentá-los.**

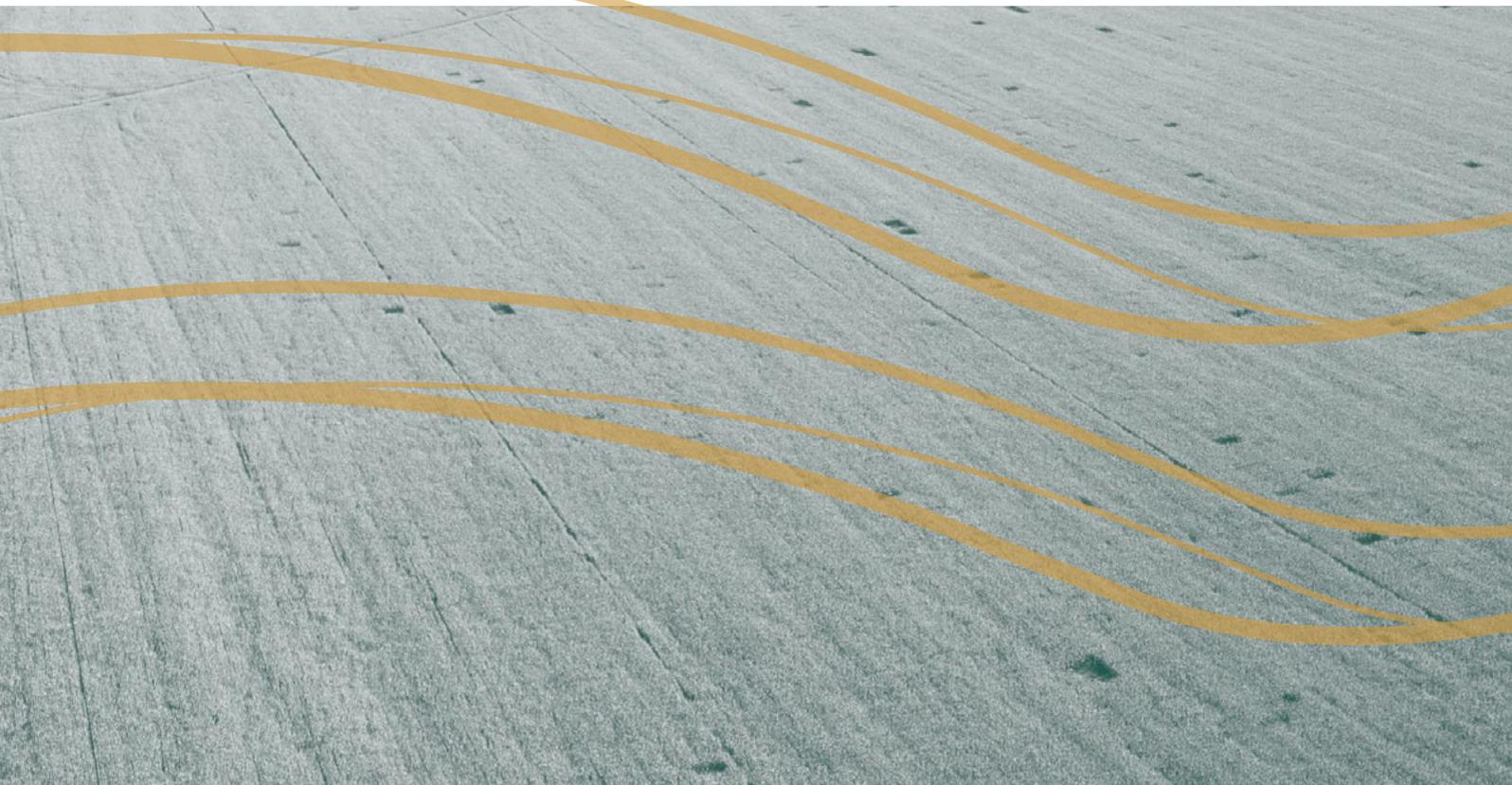


Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2023





FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA





Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2023



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA